

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – 72ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura  
1.2 – Comissões

### 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

### 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

### 5 – MANIFESTAÇÕES

### 6 – FISCALIZA MAIS

### 7 – REQUERIMENTOS APROVADOS

### 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 9 – ERRATA



## ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/12/2022

### Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.084 e 4.086 a 4.088/2022; Requerimentos n°s 11.676, 11.725, 11.822, 11.998, 12.100, 12.223, 12.294, 12.298, 12.300, 12.351 a 12.354, 12.358 a 12.363 e 12.366 a 12.369/2022 – Proposições Não Recebidas: Requerimento n° 11.837/2022 – Comunicações: Comunicação do deputado Gustavo Santana – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Betão, Cleitinho Azevedo e Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

### **Abertura**

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **1ª Fase (Expediente)**

##### **Ata**

– O deputado Betão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### **Correspondência**

– O deputado Noraldino Júnior, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

### **OFÍCIOS**

Da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.838/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.919/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.757/2022, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.762/2022, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.932/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

### **2ª Fase (Grande Expediente)**

#### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 4.084/2022**

Concede parcelamento quando do recolhimento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), devido em razão das vendas a prazo realizadas no mês de dezembro de 2022, na forma e condições que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os contribuintes enquadrados no regime de recolhimento Normal, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – com código da Classificação Nacional de Atividades Econômico-Fiscais (CNAE-Fiscal) principal relacionado no

Anexo Único nesta Lei, que realizarem vendas a prazo no período de dezembro de 2022 poderão recolher o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) referente a essas vendas, em até 3 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º – Para os efeitos do disposto no *caput* deste artigo, os contribuintes interessados observarão o seguinte:

I – o valor total do ICMS a ser recolhido deverá ser superior, no mínimo, a 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido no período de novembro de 2022;

II – as vendas a prazo deverão ser realizadas:

a) com financiamento próprio ou por meio de cartões de crédito próprios;

b) por meio de cartões de crédito administrados por empresas constituídas para este fim;

III – deverão estar adimplentes com o cumprimento de suas obrigações tributárias;

IV – não poderão estar inscritos no Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual – Cadine;

V – deverão apresentar em qualquer Célula de Execução da Administração Tributária – Cexat –, até o dia 31 de janeiro de 2023, demonstrativo das vendas realizadas no período de dezembro de 2022, discriminando o valor das vendas à vista e a prazo, bem como a comprovação do atendimento das condições especificadas neste artigo para a obtenção do parcelamento de que trata esta Lei.

§ 2º – Na hipótese do inciso III do § 1.º deste artigo, a existência de eventuais parcelamentos de débitos vencidos, quer na esfera administrativa, quer na judicial, desde que estejam em situação regular, não impede a concessão do parcelamento de que trata esta Lei ao contribuinte interessado.

§ 3º – A não observância das exigências estabelecidas neste artigo pelo contribuinte ou, ainda, a apresentação de declarações inexatas ao Fisco, impossibilitam-lhe a concessão do parcelamento de que trata esta Lei.

§ 4º – O parcelamento de que trata este artigo não inclui o ICMS devido por substituição tributária, nem o Adicional do ICMS destinado ao FECOP.

§ 5º – O ICMS a ser parcelado será quantificado mediante a divisão do valor das vendas a prazo pelo valor das vendas totais, multiplicando-se o resultado obtido pelo valor do imposto a recolher, apurado no período.

Art. 2º – O valor do ICMS objeto de parcelamento será recolhido na forma e prazos abaixo indicados:

I – a primeira parcela, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor total a ser parcelado, até o dia 31 de janeiro de 2023;

II – a segunda parcela, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total a ser parcelado, até o dia 28 de fevereiro de 2023;

III – a terceira parcela, correspondente aos 30% (trinta por cento) restantes do valor total a ser parcelado, até o dia 31 de março de 2023.

Art. 3º – O recolhimento das parcelas de que trata o art. 2.º será efetivado por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, no qual deverá constar, além de outros dados, o seguinte:

I – no campo 12, sob o título “Informações Complementares”, a identificação da parcela que estiver sendo recolhida, com referência ao número da Lei;

II – no campo 01, sob o título “Especificação da Receita/Código”, a especificação do código da receita “1015 – ICMS Regime Mensal de Apuração”.

Art. 4º – O ICMS relativo às vendas à vista realizadas no período de dezembro de 2022 pelos contribuintes de que trata esta Lei deverá ser recolhido até o dia 20 de janeiro de 2023.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2022.

Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente (PDT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.086/2022

Altera a Lei nº 21.733, de 29/7/2015, que dispõe sobre a política estadual de segurança pública.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescenta-se ao art. 2º da Lei nº 21.733, de 29/7/2015, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único – Para fins do disposto no inciso III do *caput* desse artigo ficam os órgãos de segurança pública do Estado autorizados a celebrarem termos de cooperação com parceiros privados para assegurar o uso compartilhado, em tempo real ou em molde de gravação, de imagens de câmeras privadas captadas do ambiente externo, observados os direitos à imagem, intimidade e vida privada, bem como a Lei Federal nº 13.853/2019, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

**Justificação:** O projeto ora apresentado pretende atualizar e aperfeiçoar a Lei nº 21.733, de 2015, que estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública, para incluir na norma dispositivo que visa a efetiva cooperação de parceiros privados. Assim, considerando a relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposta.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Alencar da Silveira Jr. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.082/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.087/2022

Dispõe sobre a obrigatoriedade de sede física para sites de apostas no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os sites de apostas acessíveis aos cidadãos mineiros, deverão obrigatoriamente manter uma sede física na capital deste Estado, para fins de atendimento presencial.

Parágrafo único – A sede estabelecida pelo *caput* deverá ter representação legal para fins de responder juridicamente pela empresa.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos no prazo de 60 dias.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2022.

Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente (PDT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Desenvolvimento Econômico e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 4.088/2022**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade do Cansação, com sede no Município de Virgem da Lapa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade do Cansação, com sede no Município de Virgem da Lapa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de dezembro de 2022.

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

**Justificação:** Trata-se de associação comunitária de moradores, sem fins lucrativos, fundada em 28/11/2017, de cunho assistencial, promocional, recreativo e educacional, que oferece serviços gratuitos e permanentes para pessoas de baixa renda ou beneficiárias de programas governamentais. Atua, prioritariamente, na defesa dos direitos, reivindicações e interesses das pessoas que desenvolvam atividade agrícolas, agropecuárias ou agroindustrial e contribui para o desenvolvimento econômico e social da Comunidade do Cansação, no município de Virgem da Lapa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS**

Nº 11.676/2022, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Diamantina pedido de informações sobre os motivos, chamados de “força maior” por essa câmara, que levaram ao adiamento das audiências de 6/7/2022 e de 13/7/2022, não sendo considerada a mobilização da população local, que há muito tempo demandava a realização desses debates, e sobre os motivos de não terem sido apresentadas novas datas para a realização das referidas audiências.

Nº 11.725/2022, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais, à Corregedoria da Polícia Militar do Estado e à Ouvidoria de Polícia da Ouvidoria-Geral do Estado pedido de providências para se proceder às averiguações e aos procedimentos administrativos pertinentes em relação à denúncia de discriminação racial em face de policiais militares, apresentada à comissão por Rogério Moreira dos Reis, pastor, diplomata civil e jornalista, acontecida durante ocorrência em 7/7/2022.

Nº 11.822/2022, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais, à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar do Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado do relatório da visita técnica realizada pela comissão à Penitenciária de Juiz de Fora I – José Edson Cavalieri – e à Penitenciária de Juiz de Fora II – Professor Ariosvaldo Campos Pires –, com vistas a que adotem, no âmbito das suas atribuições, as medidas necessárias para a mitigação dos problemas e para o atendimento das demandas apresentadas, tanto pelas pessoas em cumprimento de pena quanto pelos gestores dos estabelecimentos prisionais.

Nº 11.998/2022, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao Ministério Público do Estado e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, este último por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, pedido de providências com vistas à adoção das medidas

cabíveis para elucidar a denúncia apresentada pela Associação Nacional da Advocacia Criminal em Minas Gerais, à comissão, sobre o constrangimento sofrido por advogados, no exercício da profissão, durante visita realizada, em 25/7/2022, ao estabelecimento prisional da 9ª Região Integrada de Segurança Pública, em Uberlândia, quando esses profissionais passaram por revista de segurança, conforme determinação de policiais penais, momento em que tiveram que levantar a camisa, abaixar as calças e até as suas roupas íntimas, tudo isso em um ambiente aberto e filmado, gerando expressiva exposição dos envolvidos e ofensa a sua dignidade; e seja encaminhado aos referidos órgãos o ofício da Anacrim-MG enviado à comissão.

Nº 12.100/2022, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Zivaldo Alves Pinto pelo seu aniversário de 90 anos.

Nº 12.223/2022, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja realizado seminário legislativo sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para discutir os problemas, os desafios e as soluções para a gestão compartilhada da metrópole em vários campos de políticas públicas, entre as quais a mobilidade urbana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.294/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para prorrogação do prazo de validade do concurso público destinado a selecionar candidatos para o Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2022 (CFSd-QPPM/2022), cujo término está previsto para 13 de dezembro de 2022.

Nº 12.298/2022, da Comissão de Justiça, em que requer seja formulado voto de congratulações com o deputado Sávio Souza Cruz pelos relevantes trabalhos prestados à política mineira como deputado estadual e secretário de Estado e pela condução dos trabalhos na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Ao deputado que menciona.)

Nº 12.300/2022, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam encaminhadas cestas básicas e caminhões-pipa com água potável aos municípios mineiros que foram impactados pelas fortes chuvas no dia 15 de novembro de 2022, com vistas a diminuir os danos causados, bem como garantir o acesso à alimentação da população.

Nº 12.351/2022, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor regional da Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais – pedido de informações quanto à existência de processo administrativo com a finalidade da obtenção de licença para a exploração das atividades de mineração na Serra do Caracol, mais especificamente na área compreendida entre o Pico do Gavião e o Caminho da Fé, bem como nas proximidades do Clube Uva, no Município de Andradas.

Nº 12.352/2022, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que se tornem públicas, e facilmente acessíveis pelos cidadãos interessados, as informações relativas à aplicação das parcelas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – Cfem – executadas pelo Estado de Minas Gerais, de modo a assegurar a transparência na gestão desses recursos.

Nº 12.353/2022, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o reconhecimento de perda no montante de R\$ 366 milhões e a constituição de provisão referentes às obrigações assumidas em acordos de suportes e garantias, no montante de R\$ 161 milhões, entre outros, tendo em vista as sentenças arbitrais nº 115/208-Madeira Energia S.A. e a nº 21.511/ASM/JPA-Santo Antônio Energia S.A.; e sejam prestados esclarecimentos quanto a possíveis acordos de acionistas, contratos de compra e venda de ações celebrados entre a Sociedade de Armazenamento e Agricultura Ltda. – Saag – ou sua controladora, Andrade Gutierrez, e Cemig GT e as garantias por ela prestadas para cobrir desembolsos, custos ou despesas eventualmente imputados à Cemig GT ou à Madeira Energia S.A., originados do inadimplemento do suprimento de energia provocado pelo atraso de entrada em operação do empreendimento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.354/2022, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o cronograma de elaboração e sobre a previsão de conclusão do Plano Estadual de Mineração. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.358/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Reservistas do Exército Brasileiro – Areb-MG – e a Associação Mineira dos Atiradores e Veteranos do Brasil – Amav-Brasil – subdesdes Campo Belo, Carangola, Caratinga, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Divinópolis, Formiga, Governador Valadares, Guanhães, Guaxupé, Lavras, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Viçosa e Visconde do Rio Branco, pelo Dia do Reservista, comemorado em 16 de dezembro, e pela contribuição para o crescimento da consciência cívica entre os jovens de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 12.359/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com os veteranos das Forças Armadas e das Forças Auxiliares de Segurança gestores e monitores das escolas cívico-militares do Estado pelos relevantes serviços prestados a toda a comunidade escolar e pelo profissionalismo e dedicação no desempenho de suas funções nessas escolas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 12.360/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com os diretores das escolas cívico-militares do Estado pelo Dia do Diretor Escolar, comemorado em 12 de novembro, e pelas fundamentais contribuições para o êxito do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares no Estado e para a formação humana e cívica de seus alunos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 12.361/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Maria da Penha de Melo Banhos, Cybelle Passos Bezerra Lara e Flávia Amboss Merçon Leonardo, professoras da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Primo Bittie, e de Selena Sagrillo Zuccolotto, estudante do Centro Educacional Praia de Coqueiral, em Aracruz (ES), que foram cruel e covardemente assassinadas em massacre ocorrido nas escolas em questão.

Nº 12.362/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os motivos da exoneração da Sra. Danielle Gonçalves Bohrer Andreatta do cargo de diretora da Escola Estadual Reverendo Rafael Leonor, situada no Município de Aimorés, já que a referida Escola foi destaque na 3ª edição do Prêmio Gestão da Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.363/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as condições de segurança nas escolas da rede estadual de ensino, esclarecendo-se se foi realizado algum diagnóstico geral, especialmente nas escolas que utilizavam o serviço de vigilância e segurança patrimonial da Empresa TBI Segurança, cujo contrato com o Estado foi cancelado em 2019; e sobre a atuação desse órgão nas situações de violência no ambiente escolar, ocorridas contra alunos e profissionais de educação da rede estadual de ensino. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.366/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que se autorize o ensino médio regular no período diurno, como modalidade exclusiva para os alunos da Escola Estadual Dr. José Roberto de Aguiar, de Contagem, conforme encaminhamento da visita técnica realizada na mencionada escola em 28/11/2022.

Nº 12.367/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que sejam revertidos integralmente os cortes impostos pelo Ministério da Educação às instituições federais de ensino, anunciados em 28/11/2022, bloqueando R\$244 milhões, sendo ao todo da ordem de R\$1,68 bilhão para a pasta.

Nº 12.368/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para que sejam investigados e apurados, com urgência, os atos de violência patrimonial, simbólica e política que ocorreram na madrugada do dia 29/11/2022, na Escola Municipal José Silvino Diniz, no Bairro Solar do Madeira, em Contagem.



Nº 12.369/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais pela posse da diretoria para a gestão 2022-2025 da autarquia. (– À Comissão do Trabalho.)

#### **Proposições Não Recebidas**

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

#### **REQUERIMENTO Nº 11.837/2022**

Da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos Srs. Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado, presidente do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Juliano Fisicaro Borges, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, membros do referido comitê, pedido de providências para que os candidatos excedentes aprovados no concurso para a Polícia Penal, Edital Sejusp nº 2/2022, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição do Estado sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo da Polícia Penal de Minas Gerais.

#### **Comunicações**

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Gustavo Santana.

#### **Oradores Inscritos**

O deputado Betão – Boa tarde, Sr. Presidente, senhoras e senhores, trabalhadores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, público presente e todos aqueles que nos escutam, que nos veem pela TV Assembleia de Minas Gerais.

É a primeira vez que eu estou podendo falar após as eleições, principalmente após as eleições do segundo turno. Queria lembrar que foi há um mês ou um pouco mais de um mês que terminou o segundo turno das eleições e que Lula foi eleito presidente, como eu digo, nos braços do povo, numa vitória extraordinária, que expressa a vontade popular de derrotar o orçamento de emergência, a desmoralização do golpe de 2016, o orçamento secreto, as benesses da PEC Kamikaze, a pressão dos militares, a campanha de intimidação e os assassinatos. Derrotou a massa bilionária das fakes news como também derrotou a manobra do fundo de garantia por tempo de serviço futuro. Os trabalhadores, alarmados pela ameaça da desindexação do salário mínimo, das aposentadorias, assim como do corte das deduções com saúde e educação no imposto de renda e de ver ainda mais ataques aos direitos, votaram em Lula para transformar o Brasil.

A força do povo derrotou 2 mil patrões, objetos de 2.566 denúncias de assédio eleitoral, os notórios casos de compra de votos pelo interior do País afora, como demonstrado pelo jornalista Caco Barcelos, no programa Profissão Repórter. Derrotou pastores de araque, que, de seus púlpitos, agiram contra o seu próprio povo. E derrotou, por fim, a calhordice golpista da Polícia Rodoviária Federal nas estradas no dia das eleições.

Enfim, Lula de novo no segundo turno presidencial foi uma extraordinária vitória dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos negros e de todos os oprimidos que assumiram para si a responsabilidade de derrotar a política genocida e de destruição nacional de Bolsonaro.

Contudo, senhoras e senhores, desde o final do segundo turno, estamos assistindo a grupos bolsonaristas que ocupam rodovias, portas de quartéis para defender intervenção militar e buscam, através de ameaças físicas, intimidar a população. Sabemos que, por trás dessas mobilizações golpistas, estão grupos políticos, fascistas, financiados por grandes empresários que almejam desestabilizar o País para impor um regime de exceção.



É preciso punir os responsáveis pelos crimes eleitorais e aqueles que, após o segundo turno, fazem ameaça contra a população. Há três sábados, o bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, D. Vicente de Paula Ferreira, após uma celebração na cidade de Moeda, foi ameaçado por uma pessoa armada e que deve ser punida imediatamente. Vale destacar que D. Vicente é conhecido por atuar em causas sociais, com destaque na defesa do meio ambiente e na luta pela reparação digna e justa aos atingidos pelo rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho. D. Vicente é uma liderança fundamental na luta contra o avanço da mineração predatória. Por isso encaminhei requerimento ao governo do Estado exigindo que D. Vicente seja incluído imediatamente no programa de proteção aos defensores dos direitos humanos.

Queremos o respeito ao voto popular. As ações golpistas presentes nos atos antidemocráticos e também nos questionamentos das urnas eleitorais, como fez a direção nacional do PL, que, sem nenhuma prova, entrou com uma ação pedindo a anulação de milhares de urnas com o objetivo escancarado de tumultuar o resultado eleitoral e mover as redes fascistas de bolsonaristas que tentam movimentar setores da sociedade para uma aventura autoritária... Quem pode enfrentar esses movimentos golpistas é o povo. Por isso, em todo Estado e no País, trabalhadores, movimentos sociais, a juventude organizam caravanas a Brasília no dia 1º de janeiro, para, junto com Lula, subir a rampa do Planalto e pôr fim a este governo de atraso.

Apesar de a posse ser daqui a menos de um mês, nosso futuro governo Lula já começou a trabalhar. A PEC da Transição, apresentada na última semana, busca ajustar uma proposta de orçamento catastrófica enviada por Bolsonaro para o próximo ano. Queria registrar aqui a importância de se aprovar a proposta enviada pela equipe de transição ao Congresso que retira o Bolso Família do teto de gastos pelos próximos quatro anos, pois isso permite recuperarmos, em parte, o orçamento de 2023 e garantirmos o funcionamento dos serviços públicos, de programas essenciais para a população brasileira.

Lembro que essa política do teto de gastos é para beneficiar os banqueiros, os grandes acionistas que querem preservar recursos do produto interno brasileiro para garantir o pagamento dos juros das aplicações que são feitas por esses grandes empresários. A paralisia imposta por Bolsonaro ao Estado precisa ser interrompida imediatamente. Duas segundas-feiras atrás, durante o jogo do Brasil, o governo federal informou às instituições de ensino superior mais um bloqueio de verbas que inviabiliza o pleno funcionamento dessas instituições, e essa situação não pode continuar; depois desbloqueou e, em seguida, bloqueou novamente. A reclusão de Bolsonaro não significa que ele aceitou o resultado eleitoral nem que está disposto a fazer uma transição democrática. Nas últimas semanas, o que temos visto é uma corrida contra o tempo desses setores para tentarem impor, na calada da noite, medidas de destruição do patrimônio público. É esse o significado da tentativa do governo de privatizar o metrô de Belo Horizonte, a Ceasa aqui, em Minas Gerais, e o Porto de Santos.

Eu queria aqui reforçar a centralidade de se paralisarem imediatamente esses processos. O povo elegeu Lula para pôr fim à política de Bolsonaro, e por isso este governo não pode mais implementar um programa antipovo. Por fim, o povo elegeu Lula presidente para transformar o Brasil. Desde o golpe de 2016, o nosso país voltou para o Mapa da Fome, retirou o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras, viu aumentar a intolerância e a desigualdade social. Hoje a esperança do povo é que Lula recupere o País para a população mais necessitada. Trabalhadores esperam que Lula revogue a reforma trabalhista e a reforma da previdência e que coloque o País no caminho do desenvolvimento econômico, com distribuição de renda. Nesse período, estaremos juntos com os movimentos sindical, sociais e de juventude para lutar por essa transformação. E, daqui até a posse, contem com o nosso mandato para organizar as caravanas para a posse, no dia 1º de janeiro, e para defender que as medidas emergenciais de recomposição do orçamento sejam feitas para garantir o mínimo de dignidade ao povo brasileiro. Força na luta, companheirada! Vamos para a frente. Obrigado, presidente.

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os deputados e as deputadas e aos servidores desta Casa. Venho aqui, novamente, humildemente, já que ontem foi anunciado que o nosso presidente Agostinho foi nomeado pelo nosso governador Romeu Zema, pedir que o governador possa, junto com a equipe de governo, destrancar a pauta. A gente já está

quase na reta final, já estamos no início de dezembro, no final do ano, e a gente precisa disso. Projetos que estão parados aqui, na Casa, precisam ser aprovados, e são projetos que beneficiam só a população. A gente está falando isso desde o mês de agosto, quando veio a campanha, quando começou a campanha eleitoral de deputados, deputadas, governadores e presidente. A pauta está trancada aqui, e a gente não vota mais projetos.

Eu, que estou saindo daqui, queria humildemente aprovar o restante dos meus projetos, porque eles foram apresentados em benefício da população. Há um projeto de que a gente está falando aqui em que a Copasa, em cidades que não tiverem o efetivo tratamento comprovado, terá de dar desconto na tarifa de água, quer dizer, terá de haver redução na tarifa de água em Minas Gerais, porque todas as cidades de Minas Gerais que não têm o efetivo tratamento... Isso é comprovado. Na minha própria cidade de Divinópolis há 5% de tratamento e 95% sem tratamento, e ela cobra a unificação da tarifa, não é? Depois que a Arsae regulamentou, autorizou essa unificação das tarifas, cobram-se mais de 70% e não há o efetivo tratamento. Esse projeto está aí, passou em 1º turno, falta passar em 2º turno, e eu tenho certeza de que o governador Romeu Zema vai sancioná-lo. Então o que eu peço aqui também é a gentileza de os deputados que são da base do governo, que estão sempre juntos com o governador Romeu Zema, conversarem com ele e com sua equipe de governo para que possam destrancar essa pauta aqui, porque a gente tem muitos projetos para passar aqui; a gente tem vários projetos para passar, todos em benefício da população mineira.

Esse projeto meu é de suma importância para o povo mineiro, eu que tanto falo da questão da Copasa. Sofri até uma crítica do pessoal do governo, de um aliado do governo que disse: “Você só fala. Você não propõe nada, você fica só falando da Copasa”. O projeto está aí. Quero saber o que o governo fez até agora para resolver algum problema da Copasa. Até agora não resolveu nada. Trocou o presidente, trocou isso, trocou aquilo, e a Copasa continua fazendo o que faz dentro de Minas Gerais. A gente faz isso e é tachado de chato, de populista, de que a gente quer aparecer. Mas o projeto está aí para resolver o problema. E o mais importante: vai fazer a Copasa investir, porque ela só não investe hoje porque já recebe adiantado. Que empresa é essa em que os acionistas visam só ao lucro? Vocês estão achando que eles estão preocupados em fazer investimentos nas cidades de Minas Gerais, lá, no Norte de Minas, como na Copanor? Vocês estão achando que eles vão investir lá, recebendo adiantado? Isso nunca vai acontecer. Então peço aqui humildemente, porque esse projeto é de todos nós, não é meu, não. Esse projeto, todos os deputados vão aprovar. Inclusive o Guilherme da Cunha foi relator e mudou a proposta do projeto. O Guilherme da Cunha é da base do governo. Então o projeto é democrático, é um projeto que vai só ajudar a população mineira. E eu venho aqui humildemente pedir. Até o Roberto, que é líder também do governo, que tem uma ligação muito forte com o governo, estava aqui agora, eu já conversei, pedi pelo amor de Deus para destrancar essa pauta, para a gente poder produzir nesta Casa. Estamos falando que, desde agosto, a gente não vota projeto nenhum aqui. Eu acho que está num momento agora de a gente terminar este ano votando projetos em benefício da população.

Eu queria falar de uma situação aqui, gente: pedir para vocês mobilizarem todos senadores da República que têm mandato, que estão eleitos senadores, porque o Renan Calheiros agora pegou assinatura suficiente para a PEC que dá mais poderes para o STF. Ele está fazendo uma PEC que consegue dar mais poderes para o STF. Que mais poder vocês querem dar para o STF? Eu queria entender isso. Por isso eu peço a mobilização de todos os brasileiros que votaram nos senadores para pedir para não voltarem nessa PEC, para votarem contra essa PEC. Para dar mais poderes, coloquem já uma coroa de rei na cabeça dos ministros, porque parece que é a monarquia do STF. Aqui não há três Poderes, aqui não é o regime democrático. Aqui é só um Poder, que quer mandar em tudo, extrapolar em tudo. A gente vem cá, faz projetos de lei aqui e vão para lá. São eles que interpretam se pode ou não. Quer dizer, o Legislativo não serve para nada; o Executivo não serve para nada. E dar mais poderes para eles, Renan Calheiros? Por que você quer dar mais poderes para eles? Eu acho que sei por que você quer dar mais poderes para ele. Acho que quem não deve não teme. Mas existem muitos políticos aí que devem, que têm muitos processos. Olhe isto aqui, Jean, do Renan Calheiros. Olhe isso aqui. Isso aqui é tudo do Renan Calheiros. Não estou aqui fazendo fake news não, viu, gente? Isso aqui é só vocês pesquisarem que vão ver. É tudo processo dele. Será que isso é medo, Renan Calheiros? É medo de o STF julgar os seus processos, para dar tanto poder assim para o STF?

Então eu, que vou chegar a partir de fevereiro, vou combater o bom combate. Se eu estivesse aí, eu iria combater para não haver essa PEC, porque chega de dar poder para o STF. Poder a gente tem que dar é para o povo, é na mão do povo. O maior Poder que tem aqui é o Poder Legislativo, que é representante do povo. Vocês têm que parar de abaixar a cabeça para o STF, até porque são vocês que fiscalizam o STF; são vocês que estão aí para representar o povo. Parar de abaixar a cabeça e de ser submisso ao STF. Então, podem ter certeza que, dentro da democracia, eu vou questionar o STF, eu vou sabatinar o STF, eu vou fazer de tudo que a minha função me manda fazer. Chega de patifaria neste país aqui!

Então, o que estou pedindo... Estão vendo isto aqui, gente? Isto aqui é do Renan Calheiros, estou aqui mostrando para vocês. Que medo é esse, Renan Calheiros, que você tem do STF? Se você é limpo, se você é reto, não tem que ter medo de nada, não. Eu sou assim: entrei limpo e reto na política e vou continuar assim, dentro da democracia. Então peço humildemente a vocês para viralizarem essa fala minha e mobilizarem os senadores para que não aprovem essa PEC, que votem contra. Espero que os senadores tenham peito e façam isso. Está dado aqui o recado.

Outra coisa que eu queria falar aqui, presidente. Queria mobilizar todos brasileiros. A direita do Brasil aqui, para vocês... Essa mobilização é democrática, vocês têm todo direito de fazer toda manifestação e toda mobilização possível. Mas eu queria pedir uma mobilização que é muito importante para o País nesse momento. Para mim, é uma questão primordial. A gente precisa mobilizar toda a população brasileira, porque está havendo eleições para eleger o presidente da Câmara e o presidente do Senado. Nesses dois anos aqui, várias pautas ficaram engavetadas, porque tanto o presidente do Senado, quanto o presidente da Câmara engavetaram essas pautas. E eles estão vindo para a reeleição, gente. Já está havendo muito burburinho aí de que eles vão ganhar essa reeleição, tanto o Arthur Lira quanto o presidente do Senado, que hoje é o Rodrigo Pacheco. Democraticamente é um direito deles, tudo bem. Mas eu faço uma pergunta para você, brasileiro, que quer as pautas debatidas, que sejam... Igual a CPI da Lava Toga. Estou falando aqui que eu assinaria a CPI da Lava Toga, que foi engavetada. Eu queria entender o seguinte: ficou dois anos, no caso, o presidente do Senado, e não colocou essa CPI da Lava Toga.

Será que vai ficar lá mais dois anos e vai colocar agora, se teve a oportunidade de colocar? Como o Arthur Lira, presidente da Câmara... Será que vão colocar as pautas que precisam ser colocadas, gente? Aí eles vão para a reeleição e o que adianta? Não adianta nada, porque, novamente, vão ficar os que já estão lá e que não pautam o que precisa ser pautado para o povo brasileiro.

Então, gente, agora, a maior mobilização que a direita tem que fazer neste país é mobilizar suas bases, é mobilizar quem você votou e pedir que não votem nesses candidatos, porque eles não vão colocar o que a gente quer. Você acha que eles vão colocar uma CPI da Lava Toga, gente? Está aí o Marcel Van Hattem, que colheu mais de 200 assinaturas, e o Arthur Lira engavetou. A questão do TSE, do abuso das eleições está engavetada. Você acha que se o Arthur Lira ganhar novamente ele vai fazer isso, gente? Com todo o respeito tanto ao Arthur Lira, quanto ao Rodrigo Pacheco, mas vão fazer isso. Acorde, povo! Acorde! Vocês têm que mobilizar, têm que pedir para quem você votou para não votar neles, porque se eles ganharem, vai continuar do mesmo jeito.

Eu também queria só falar uma coisa para vocês: está aí o STE fazendo o que quer. A prerrogativa de poder haver uma assinatura de impeachment, de abertura de impeachment, de CPI da Lava Toga está parada. São eles que ditam as regras lá, da Casa. Vocês estão achando que eles vão colocar? Aí vêm algumas pautas, que podem vir agora, que a gente tem que derrubar, como a questão de querer legalizar droga, a questão do aborto. A gente vai lá e derruba, e sabe quem vem depois? Vem o STE, que pega e manda novamente, porque é o STE que faz tudo. Então, do jeito que está, se continuarem esses que estão lá, vai continuar tudo do mesmo jeito. Eu quero alertar a população brasileira para o seguinte: você, os 58 milhões de voto que o presidente Bolsonaro teve, o pessoal da direita, o momento agora... Eu peço humildemente para vocês se mobilizarem junto comigo e com os demais representantes, para que a gente possa fazer uma mobilização para colocar lá um presidente do Senado e um presidente da Câmara que realmente paute o que precisa ser pautado neste país, dentro da democracia. Então a gente precisa, humildemente, de cada um de vocês se mobilizar, senão, a partir do ano que vem, vai continuar tudo do mesmo jeito que está.

Aí falam assim: “Ah, mas já se elegeram mais senadores, já elegeram mais deputados que têm essas pautas”. Eu estou aqui mobilizando, fazendo a minha parte. Espero que os que foram eleitos também façam isso, façam valer o voto de confiança que receberam. É isto que estou tentando fazer aqui: que não continue do mesmo jeito; o que vai acontecer, caso eles sejam reeleitos. Nada contra ninguém, só não vou dar o meu voto em quem não pauta o que quero. Eu quero pautar uma abertura de CPI da Lava Toga. Já mostraram que não colocam. Eu quero pautar assinatura de abertura de impeachment, também não colocam. Então o que vai adiantar votar neles? Com todo o respeito, não vai adiantar nada. Então eu peço aqui, a torto e a direito, a todos os 58 milhões de brasileiros que votaram no presidente Bolsonaro que comecem a mobilizar seus senadores e seus deputados e mostrem quem vocês querem que seja presidente da Câmara e presidente do Senado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Virgílio Guimarães – Muito obrigado, presidente. Srs. Deputados, Sras. deputadas, eu queria fazer uma referência a um trabalho que a Assembleia fez, que vem fazendo e que deve continuar fazendo, que é participar ativamente da construção das obras e dos programas que deverão vir no sentido de compensar aquela tragédia absurda chamada tragédia-crime de Brumadinho, até porque temos que preparar também aquilo que será feito, já com a participação do futuro governo federal, no que se refere à tragédia-crime de Mariana.

Percebo que, com toda a boa vontade dos compromitentes, do Ministério Público, da Defensoria Pública, lá se vão dois anos do acordo feito, e as coisas não andaram. Não andaram há pelo menos quanto tempo? Eu sei do esforço, sei do trabalho, sei da demanda, sei das polêmicas que isso envolve, mas, sinceramente, estamos caminhando para o segundo ano do acordo – não é da tragédia, do acordo – e nada daquilo foi resolvido, nada daquilo foi feito ainda.

Acrescento também que, mesmo no que se refere à questão da Lei Mar de Lama, que muita polêmica causou a proposta que apresentei no sentido de adequar a realidade, foi feito também um acordo com participação das ATIs e de vários ambientalistas que fizeram tábula rasa da Lei Mar de Lama.

Não houve nenhum aperfeiçoamento, nenhuma mudança nela, mas fazer fazer um acordo sem fazer a suspensão determinada pela Lei Mar de Lama, que envolveu também uma compensação, uma compensação que até hoje não encontrou o destino que deveria.

Falo aqui, portanto, em nome da Comissão de Participação Popular desta Assembleia, dizendo que é uma comissão de caráter permanente e que, portanto, vai trabalhar com afinco nesse objetivo até o dia 31 de janeiro do próximo ano, mas ela deverá continuar, e aquilo que puder ser feito agora com certeza deve ser feito. Muitas coisas na área de saúde, de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social foram largamente discutidas. Há muito programa cultural em que se poderia ter aplicado; e, inclusive, há algumas urgências, como por exemplo o aproveitamento da energia fotovoltaica sobre o espelho d'água da Hidrelétrica de Retiro Baixo – energética da Cemig. Poderiam fazê-la financiar, inclusive, não só o fornecimento de energia para as populações mais pobres, as populações atingidas, mas também a implantação da energia trifásica para sustentar o desenvolvimento econômico da região; e, sobretudo, poderiam financiar a implantação do sistema de internet de alta velocidade em toda aquela região pobre para que todos tenham não só direito à educação por meio desse meio moderno (– Falha na transmissão do áudio.) A educação a distância também é fundamental.

Enfim, tudo isso está em atraso, e eu faço aqui um apelo no sentido de que não se espere tudo e se faça pelo menos em parte. Há uma licitação hoje de cerca de R\$300.000.000,00 mais R\$300.000.000,00 – R\$600.000.000,00 –, por questão de Brumadinho, que podiam ser executados imediatamente, sem mais demora. Temos também todo o recurso que já foi disponibilizado, que já se encontra disponível para a questão da compensação do atraso dos descomissionamentos e que também não foi utilizado, não foi aplicado.

Então, é o apelo que faço aqui, é o apelo que não é apenas um apelo, mas é também um anúncio. Faremos uma reunião na Comissão de Participação Popular ainda neste período legislativo, e o tema será exatamente esse. Sei que muito se espera do próximo

governo Lula, mas devemos fazer também a nossa parte aqui e agora. Sei que muitas coisas vão mudar, sei que a qualidade do crescimento econômico vai mudar, sei que a participação do governo federal na definição daquilo que será feito em relação a Mariana... O atual governo federal foi inerte, não tomou conhecimento, não procurou acelerar a tomada de decisões, e o futuro governo seguramente fará isso, tanto isso como as outras questões postas, como a questão do metrô, da Ceasa, da BR-381 e tantas outras que serão tratadas de uma maneira diferente.

Não quero aqui ficar lamentando aquilo que não foi feito, mas anunciar o meu absoluto otimismo quanto àquilo que vai ser feito. Mas, no caso a que me refiro, as compensações por Mariana, desculpem-me, as compensações por Brumadinho, que são específicas de Minas Gerais e que não dependem do governo federal, e também as compensações pelos descomissionamentos não feitos, estas, sim, são nossa tarefa. Temos que encerrar o nosso período legislativo mostrando serviço nessas áreas.

Por isso, faço aqui um apelo para uma mobilização de vontades, de toda a Assembleia, de todo o povo atingido ali por essas tragédias, que façam um esforço e que não fiquem inertes, em nome da esperança no novo governo federal, nas questões colocadas nesse instante e que são da nossa alçada em Minas Gerais, de um governo estadual que foi reeleito e portanto... (– Falha na transmissão do áudio.) de um trabalho que não pode parar. Infelizmente, essas importantíssimas iniciativas tanto de reparação como de compensação por essas absurdas tragédias, no que se refere a Brumadinho, nós não podemos deixar isso passar assim, sem fazer nada, ainda este ano, aqui e agora e já começar algumas obras importantes para a retomada do desenvolvimento econômico e da realidade social de saúde e de educação daquela população. É o recado que deixo aqui. Vamos aproveitar o fim do ano para fazer a nossa parte. Nada pode esperar. A esperança é forte, mas a nossa disposição de trabalhar e de produzir aqui agora aquilo que nos compete deve ser maior ainda. Tenho dito.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 12.351 e 12.352/2022, da Comissão de Minas e Energia, 11.676, 11.725, 11.822, 11.998 e 12.300/2022, da Comissão de Direitos Humanos, 12.361 e 12.366 a 12.368/2022, da Comissão de Educação, 12.100/2022, da Comissão de Cultura, e 12.294/2022, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 7, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/5/2022**

Às 16h14min, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte, Gustavo Mitre e Delegado Heli Grilo (substituindo o deputado Fernando Pacheco, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a

leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a relevância dos doces mineiros na gastronomia e no turismo do Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.899/2022, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulado voto de congratulações com o *chef* Léo Paixão (Leonardo José Paixão Dias), por representar brilhantemente a gastronomia mineira no cenário nacional e internacional, além de ser o mineiro com os prêmios mais importantes: Chef do Ano Prazeres da Mesa, 50 Best Discovery America Latina, Chef Revelação Guia 4 Rodas, Chef do Ano da Revista Veja por 7 anos consecutivos, Chef Hors Concours Revista Encontro, além de dezenas de premiações regionais;

nº 12.203/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cervejaria Lãut, pela premiação no Concurso Brasileiro de Cervejas 2022;

nº 12.204/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cervejaria Timboo, pela premiação no Concurso Brasileiro de Cervejas de 2022;

nº 12.205/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cervejaria 3 Orelhas, pela premiação no Concurso Brasileiro de Cervejas de 2022;

nº 12.206/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Maria das Graças Peron, matriarca da família da Doce da Roça de Poços de Caldas;

nº 12.207/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cervejaria Albanos, pela premiação no Concurso Brasileiro de Cervejas de 2022;

nº 12.209/2022, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Feira MinasTchê, pela sua 18ª edição.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Milena Andrade Pedrosa, secretária adjunta de Cultura e Turismo, representando o secretário de Estado de Cultura e Turismo; Ângela Ferreira Vieira, diretora de Vigilância em Alimentos e Vigilância Ambiental da Secretaria de Estado de Saúde, representando o superintendente de vigilância sanitária do Estado, Amazile Biagioni Maia, engenheira química, mestre em alimentos, doutora em bioquímica, do Laboratório Amazile Biagioni Maia; Paola Silva Araújo, chefe do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Viçosa; Isadora Senra Prado, analista de Proteção do Patrimônio Histórico da Diretoria de Cultura e Turismo de Lagoa Santa; Sônia Regina Guedes Torino (Pé de Moleque Piranguinho); Maria José de Lima Freitas, da Mazé Doces Artesanais; e Marta Machado, coordenadora do projeto Rota das Doceiras; e os Srs. José Lúcio Mendes Ferreira, presidente do Centro Brasileiro de Referência da Cachaça e da Expocachaça e Brasilbier; Edgar João Antunes, da empresa Doces Antunes, representando o gerente comercial dessa empresa; João Michel Ferrabbiato, coordenador da Feira do Doce Mineiro; Edson Wander Puiati, coordenador da Frente da Gastronomia Mineira; Bruno Bethonico Assunção, produtor de eventos culturais e empresário no ramo da gastronomia; Arnaldo Marshesotti, diretor de Cultura e Turismo de Lagoa Santa; Gláucio Peron, representante dos produtores de doces da roça e produtor artesanal; Ricardo Youssef Carazza do Libano (Rocamble de Lagoa Dourada); Eduardo Luiz Fortes, presidente da Associação dos Doces de São Bartolomeu de Minas Gerais; e Bernardo Bethonico Martins, da empresa Doces Jatiboca. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Mauro Tramonte, presidente – Fernando Pacheco – Duarte Bechir – Professor Cleiton.

**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/8/2022**

Às 10h35min, comparece à reunião o deputado Cássio Soares (substituindo o deputado Delegado Heli Grilo, por indicação da liderança do Bloco Minas São Muitas – BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a produção, o desenvolvimento e a expansão do café vulcânico no Estado, com o apoio do governo estadual. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n°s 3.456/2022, no 1º turno (Delegado Heli Grilo), e 2.812/2021, no 2º turno (Gustavo Santana). Designa, ainda, o deputado Delegado Heli Grilo, como relator da visita realizada dia 23/6/2022, no Seapa para apresentação do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria no Fiscaliza Mais e definição de prazos para encaminhamento de relatórios de acompanhamento orçamentário, com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Priscilla Magalhães Gomes Lins, gerente de Agronegócio do Sebrae; Margarete Marin Lordelo Volpato, pesquisadora da Epamig Sul de Minas, representando a diretora-presidente da Epamig; e os Srs. Willem Guilherme de Araújo, coordenador técnico estadual em Belo Horizonte da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ulisses Ferreira de Oliveira, diretor executivo da Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica; Ivan Figueiredo, analista do Sebrae-MG Microrregião Poços de Caldas; Leandro Carlos Paiva, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado e associado benemérito da Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica; Aparecido Venâncio Martins, membro da Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica; Marco Antônio Lobo Sanches, membro da Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica; Rogério Carvalho Fernandes, gerente de Certificação do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, representando o diretor-geral; Tiago Henrique Silva de Toledo Braz e Lucas Carvalho de Arruda, vereadores da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig; Caio Cesar Coimbra, gerente de Agronegócios do Sistema Faemg, representando o presidente; Vinicius Teixeira Andrade, pesquisador da Epamig Sul de Minas, representando a diretora-presidente; e Rafael Almeida de Oliveira, superintendente de Políticas do Turismo da Subsecretaria de Estado de Turismo, o secretário. O presidente, deputado Cássio Soares, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Delegado Heli Grilo, presidente – Beatriz Cerqueira – Inácio Franco.



**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/10/2022**

Às 14h8min, comparecem à reunião a deputada Ione Pinheiro e os deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Gustavo Mitre, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.201/2022, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater com a Vale S.A. a paralisação, após a queda de uma barreira, da linha ferroviária que liga os Municípios de Ouro Preto e Mariana, a qual só voltaria a operar em 2025;

nº 13.202/2022, do deputado João Leite, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 3º-Sgt. PM Carlos Henrique Rajão Gonzales, o Sd. PM Fabricio Rodrigues, o Sd. PM Rafael Assis Vaz de Souza, o 2º-Ten. PM Elber Gustavo Gonçalves dos Santos, o 2º-Sgt. PM Evanio Pereira da Silva, o 2º-Sgt. PM Altamar Santos Nascimento, o Cb. PM Paulo Vinicius Martins de Souza, sob o comando da Cel. PM Gracielle Rodrigues Santos, pela atuação na ocorrência, em 23/8/2022, que resultou na prisão de cinco pessoas suspeitas de furtar trilhos na zona rural de Sete Lagoas, na região central de Minas Gerais, e na apreensão de 27 partes de trilhos de 2,5m, 58 dormentes, dois carrinhos (trole ferroviário), um *kit* maçarico, um botijão de gás propano, dois cilindros de oxigênio, uma alavanca, uma chave de rodas e quatro rodas de carrinho, além de três chaves de boca e uma chave de cano;

nº 13.203/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, à Invest Minas, à Concessionária VLI e à Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo pedido de providências para a implantação de um porto seco no Município de Pedro Leopoldo;

nº 13.204/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que estudos complementares ao Plano Estratégico Ferroviário contemplem o Terminal Logístico Multimodal em Pedro Leopoldo e sejam agregados, ao estudo de potencial de cargas do município, os bens e insumos processados pelo Aeroporto Industrial de Confins;

nº 13.205/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União pedido de providências para que sejam viabilizados terrenos sob sua custódia do projeto do *hub* logístico rodoviário, ferroviário e aeroviário no Município de Pedro Leopoldo e região;

nº 13.206/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o cronograma de implementação, na estrada de ferro Vitória a Minas, do trem de passageiros no horário noturno, conforme estipula o novo contrato de concessão da ferrovia;

nº 13.207/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – pedido de providências para que os estudos do Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte contemplem o Terminal Logístico Multimodal de Pedro Leopoldo;

nº 13.208/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Concessionária VLI pedido de providências para que, no processo de renovação antecipada do contrato de concessão, seja incluído, como compromisso, um terminal de cargas no Município de Pedro Leopoldo;

nº 13.209/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado às concessionárias ferroviárias MRS Logística e VLI Logística pedido de providências para que cargas oriundas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, com destino ao Aeroporto Industrial de Confins, sejam transportados por meio de ferrovias;

nº 13.210/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Invest Minas pedido de providências para que seja prestado suporte técnico a projetos de desenvolvimento econômico no Município de Pedro Leopoldo, em especial o do terminal logístico multimodal e o da reativação do terminal ferroviário da Cauê;

nº 13.211/2022, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Concessionária BH Airport, à Secretaria do Patrimônio da União em Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo pedido de providências para que seja viabilizada área para funcionamento do projeto de uma escola técnica de formação de especialistas em manutenção de aeronaves;

nº 13.306/2022, do deputado João Leite, em que requer seja formulado voto de congratulações com os servidores Márcio Júnio de Oliveira Rezende Silva, Adilson de Brito, Gustavo Gomes Machado, Humberto Alvim Guimarães e Phillipe Marques Carvalho Maciel e com as servidoras Cristina de Noronha Magalhães, Juliana Batista de Souza Franca e Adriana Láussea Meneses Lacerda e com a Polícia Legislativa e a Diretoria de Comunicação da ALMG pela dedicação e pela excelência dos trabalhos realizados junto à Comissão Pró-Ferrovias Mineiras, que muito contribuem para a qualidade do serviço prestado ao povo mineiro;

nº 13.307/2022, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 13.306/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre – Roberto Andrade.

#### **ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/11/2022**

Às 14h17min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater, por ocasião do Dia Mundial de Luta contra a Aids e a Campanha Nacional Dezembro Vermelho, as políticas públicas de assistência e prevenção do HIV-aids, bem com a importância do enfrentamento do preconceito, da discriminação e da exclusão social das mulheres que vivem com HIV. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cristiane Hernandes, coordenadora de Saúde Sexual e Atenção às ISTs – Aids e Hepatites Virais; Mayara Marques de Almeida, coordenadora de ISTs- Aids e Hepatites Virais do Estado de Minas Gerais; Marcilaine Aparecida Pereira Pinto, enfermeira, autora do estudo *Qualificação de profissionais de saúde na assistência a mulheres, gestantes e puérperas com o diagnóstico positivo para HIV/Aids*; Heliana Moura, representante estadual do Movimento Nacional das Cidadãs PositHIVas de Minas Gerais; Priscila de Moura Franco, coordenadora do Programa BH de Mãos Dadas contra a Aids; Maria Aparecida Menezes Vieira, presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais – Aprosmig; Cristiane Veiga Pinto Azzi, da Coordenação de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando a secretária municipal de Saúde de Belo Horizonte; e o Sr. Alexandre Domingues Vaz, coordenador técnico da Rede Academia Pratique Fitness e mestre em nutrição biológica para soropositivo HIV. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos

convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Andréia de Jesus – Leninha.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2022**

Às 13h33min, comparecem à reunião a deputada Celise Laviola e o deputado Raul Belém, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira e os deputados Mauro Tramonte, Guilherme da Cunha, Bartô e Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os obstáculos enfrentados pela sociedade civil para exercer o direito de participação e deliberação no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH –, bem como para esclarecer as denúncias que motivaram os conselheiros de sete entidades de proteção ao meio ambiente a renunciarem a seus mandatos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, representante do Instituto Guaicuy no Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Valéria Cristina Rezende, representando Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda; Erika Morreale Diniz, superintendente de Desenvolvimento da Indústria da Fiemg; e Alice Libânia Santana Dias, representando o presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam; e os Srs. Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam; Alexandre de Castro Leal, subsecretário de Fiscalização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Gustavo Bernardino Malacco da Silva, presidente e diretor de Sustentabilidade da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro – Angá; José Ângelo Paganini, diretor financeiro da Fundação Relictos; Júlio César Dutra Grillo, professor, representante do Fórum Permanente São Francisco, ex-conselheiro da Câmara de Atividades Minerárias do Copam e ex-superintendente regional do Ibama; Paulo José de Oliveira, presidente da Associação Pró-Pouso Alegre – APPA; Tobias Tiago Pinto Vieira, presidente do Movimento Verde de Paracatu; e Cezar Augusto Fonseca e Cruz, diretor de Conservação e Recuperação de Ecossistemas do Instituto Estadual de Florestas – IEF, representando a diretora-geral. A presidência concede a palavra à deputada Ana Paula Siqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

#### **ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/12/2022**

Às 9h39min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Léo Portela, Charles Santos, Cleitinho Azevedo, Mauro Tramonte e Bruno Engler. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A

presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos na comunidade escolar do modelo de educação domiciliar no Brasil. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: das Sras. Marina Viana, mãe, empreendedora e presidente da Associação das Famílias Educadoras de Minas Gerais – Asfemg; Maria Cristina Soares Gouvea, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFMG; Anamaria Camargo, mestre em Educação, educadora, palestrante, escritora, consultora para Políticas Educacionais e presidente do Instituto Livre pra Escolher; e Analise de Jesus da Silva, coordenadora do Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais – Fepemg; e dos Srs. Yohanâ Fagundes de Souza Santos, aluno de educação domiciliar; Teodoro Adriano Costa Zanardi, professor do Departamento de Educação da PUC Minas e doutor em Educação; Rodrigo Ednilson de Jesus, presidente da Comissão Afirmativa e de Inclusão da UFMG; Gabriel Leite Mendes, professor da rede pública, sociólogo e conselheiro no Conselho Estadual de Educação; Alexandre Magno Fernandes Moreira, advogado, professor de Direito Educacional e doutorando em Direito Educacional pela Universidade Católica de Leuven – KU Leuven Bélgica; e Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci, mestre em Ciência Política, doutor em Ciências Sociais e presidente do Instituto Cultiva. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Logo após, concede a palavra aos deputados presentes para suas considerações, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Professor Cleiton.

#### **ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/12/2022**

Às 10h8min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o funcionamento do chamado plantão digital da Polícia Civil de Minas Gerais, especialmente em relação a seus reflexos nas atribuições dos policiais militares que aguardam por horas em delegacias após o atendimento de ocorrências que exigem a condução dos envolvidos, a exemplo da Lei Maria da Penha e situações de flagrante. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (11/11/2022); e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (18/11/2022). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.599/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o prazo de validade do certame regido pelo Edital CFO/2022 seja prorrogado, de modo a permitir o aproveitamento dos candidatos aprovados como excedentes, destacando-se que, no último Assembleia Fiscaliza, foi informado que um dos objetivos estratégicos da PMMG é garantir o efetivo necessário ao cumprimento da missão institucional;

nº 13.613/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten. PM Rafael Jannuzi Bernardes, pelo destaque de sua atuação como policial militar;

nº 13.614/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Rodrigo Saldanha pelo destaque de sua atuação como policial militar;

nº 13.615/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 2º Batalhão de Policiamento Especializado pelos 24 anos de existência e pelos nobres serviços prestados à sociedade;

nº 13.616/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com o subcomandante Rafael Gonzaga Tasca pelo destaque de sua atuação como policial militar;

nº 13.624/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a quantidade e a identificação dos batalhões operacionais e especializados que estão sem o serviço de sentinela atualmente, considerando-se os turnos diurno e noturno;

nº 13.631/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e aos membros do Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências para convocar, com urgência, para as demais fases de seleção e classificação, os 256 candidatos aprovados na prova objetiva do concurso público para provimento do cargo de perito criminal (Edital nº 3/2021);

nº 13.632/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para solucionar, com urgência, a falta de efetivo na penitenciária de Francisco Sá, a qual, não obstante ser de segurança máxima, dispõe de apenas 10 policiais penais, por turno, como responsáveis por 20 postos de serviço que requerem acautelamento permanente, o que gera sobrecarga de trabalho aos servidores, que são submetidos a escalas desumanas;

nº 13.633/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para designar, com urgência, dois investigadores e um escrivão de polícia para comporem o quadro de policiais da delegacia de polícia da Comarca de Coromandel, visando maior eficiência e celeridade no combate ao crime, sobretudo na área rural;

nº 13.649/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas na apresentação, com a maior brevidade possível, do percentual atualizado de gastos do Estado com pessoal e, ainda, dos seguintes dados, relacionados ao pessoal policial e administrativo dos órgãos de segurança pública do Estado: PMMG e CBMMG – o quantitativo total atualizado de vacâncias, com a indicação separada por posto ou graduação (soldados de 1ª e 2ª classes, cabos, sargentos, subtenentes, cadetes e aspirantes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis) e por carreira administrativa; o quantitativo total e também separado por posto ou graduação e cargos das carreiras administrativas que estavam ocupados no dia 30 de setembro de 2015, data em que o Estado atingiu o limite prudencial de gastos com pessoal, considerando-se que a ocupação vigente na data mencionada tem servido de referência para o Poder Executivo Estadual proceder a novos provimentos de postos e graduações e cargos administrativos nessas instituições; PCMG – o quantitativo total atualizado de vacâncias por carreira (delegado de polícia, escrivão de polícia, investigador de polícia, perito criminal, médico legista, analista da polícia civil, técnico assistente da Polícia Civil e auxiliar da Polícia Civil); o quantitativo total e também separado por cargos das carreiras policiais e administrativas que estavam ocupados no dia 30 de setembro de 2015, considerando-se que a ocupação vigente na data mencionada tem servido de referência para o Poder Executivo Estadual proceder a novos provimentos de cargos policiais e administrativos na instituição; Sejusp – o quantitativo total atualizado de vacâncias por carreira (policial penal, agente de segurança penitenciário, agente de segurança socioeducativo e cargos das carreiras administrativas); e o quantitativo total e também separado por cargos das carreiras policiais e administrativas que estavam ocupados no dia 30 de setembro de 2015, considerando-se que a ocupação vigente na data mencionada tem servido de referência para o Poder Executivo Estadual proceder a novos provimentos de cargos policiais e administrativos na instituição, ressaltando-se que este requerimento integra as atividades de monitoramento intensivo a serem



realizadas pela comissão no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, tendo por temática “o efetivo das forças de segurança do Estado”, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 23/3/2022.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Ten.-Cel. PM Miller França Michalick, chefe da Seção de Operações do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral da PMMG; o 2º-Sgt. PM Luciano Santana Bremer, presidente da Associação dos Praças do Interior de Minas Gerais – APNM; e Wilton Ribeiro de Sales, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais – Sindpecri. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.634/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença do chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, o funcionamento do chamado plantão digital, inclusive em relação a seus reflexos nas atribuições dos policiais militares, e as graves consequências para os envolvidos, principalmente vítimas e testemunhas;

nº 13.635/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada visita às delegacias de polícia localizadas no Município de Belo Horizonte para conhecer, *in loco*, as condições das unidades policiais que utilizam o serviço do plantão digital, avaliando, especialmente, o efetivo e as condições de trabalho dos policiais civis, bem como a quantidade de horas que os policiais militares permanecem aguardando o atendimento nessas delegacias e como as oitivas remotas do procedimento virtual são realizadas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/12/2022**

Às 14h13min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL), membro da supracitada comissão. Está presente também, de forma remota, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a reconstrução e a transferência de centros de saúde entre bairros do Município de Belo Horizonte, sem apresentação prévia dos projetos ao Conselho Municipal de Saúde e às comissões locais de saúde e sem diálogo com os usuários. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Emília Ilidia dos Santos, presidenta da comissão local do Centro de Saúde Marivanda Baleeiro; Maria das Graças Silva Ferreira, presidenta da comissão local do Centro de Saúde Confisco; Edna Alves Costa Martins, usuária do Posto de Saúde Marivanda Baleeiro; Aparecida Maria de Oliveira Silva, presidente do Conselho Distrital de Saúde da Regional Nordeste; Edinéa dos Santos, secretária-geral do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; e os Srs. José Carlos da Silva, morador do Bairro Mariano de Abreu; Éderson Alves da Silva, presidente do Conselho Estadual de Saúde; Ivan Mateus Dutra, residente do conselho de saúde local e conselheiro titular; Antônio Pádua Aguiar, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; e Sebastião Francisco de Oliveira, conselheiro de Saúde do Centro de Saúde Mariano de Abreu e do Conselho Distrital de Saúde. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta

das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Leninha, presidenta.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Gil Pereira, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/12/2022, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 12 de dezembro de 2022, e de receber e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Noraldino Júnior, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Privatizações

Nos termos regimentais, convoco os deputados Guilherme da Cunha, Bruno Engler, Betão e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/12/2022, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Coronel Sandro, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, André Quintão, Carlos Pimenta e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/12/2022, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Saúde em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 12 de dezembro, e em cumprimento ao art. 36, § 5º, da Lei Complementar nº 141, de 2012, que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/12/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade



de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, no exercício de 2022, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/12/2022, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 12.210 a 12.216, 12.240 a 12.244, 12.262, 12.263, 12.265 a 12.271, 12.280, 12.328 e 12.329/2022, da Comissão de Participação Popular, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/12/2022, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de obter informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, no exercício de 2022.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI N° 3.525/2022

#### Comissão de Agropecuária e Agroindústria

##### Relatório

De autoria do deputado Coronel Henrique, o projeto de lei em tela pretende conferir ao Município de Viçosa o título de Capital Estadual do Doce de Leite.

Distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria, a proposição foi apreciada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta comissão emitir seu parecer sobre a matéria, em cumprimento do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, IX, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

Em janeiro de 2022 foi sancionada a Lei n° 24.033, originada de projeto de lei de autoria parlamentar, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais o processo de fabricação do Doce de Leite Viçosa, produzido no Município de Viçosa, pelo Laticínio Escola da Fundação Arthur Bernardes – Funarbe – da Universidade Federal de Viçosa – UFV. Na esteira

desse reconhecimento, a proposição em análise visa conferir ao município o título de Capital Estadual do Doce de Leite, com vistas a consolidar sua notoriedade em escala estadual e nacional, além de fomentar o turismo gastronômico e o desenvolvimento socioeconômico local e estadual.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou óbice quanto à iniciativa parlamentar para inaugurar o processo legislativo da matéria, tampouco quanto à disciplina do tema por lei estadual, por entender que prevalece o interesse regional sobre o tema. Assim, aprovou a proposição em sua forma original.

No que se refere ao mérito agropecuário e agroindustrial da matéria, cumpre inicialmente contextualizar a importância da cadeia produtiva do leite para o Estado e para o País. Segundo dados de 2018 compilados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, o Brasil possui o 3º maior rebanho mundial de gado leiteiro e figura na 3ª posição na produção de leite de vaca. Números de 2020 dão conta que a produção brasileira se concentra nas regiões Sudeste e Sul, cada uma respondendo por cerca de 34% do total, conforme a Pesquisa Pecuária Municipal – PPM –, realizada pelo IBGE.

Conforme informações da mesma PPM de 2020 compiladas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, a produção leiteira de Minas Gerais se destaca de forma isolada entre as unidades da Federação, tendo sido responsável, em 2020, por 27,3% da produção nacional de leite. Considerada uma das atividades mais tradicionais do meio rural mineiro, a pecuária leiteira está presente em 216,4 mil propriedades rurais do Estado (36% do total), distribuídas em todos os municípios mineiros. As regiões do Alto Paranaíba e do Sul de Minas respondem pelo maior volume de leite produzido no território mineiro.

A tradição na atividade e as características peculiares de sua cadeia produtiva – ligadas à perecibilidade do leite, que implica na proximidade estratégica dos laticínios com as fazendas e os mercados de consumo – fazem com que Minas Gerais seja também expoente na fabricação de produtos lácteos, com destaque para os queijos, artesanais e industrializados, e para outros derivados, como manteiga, iogurte, creme de leite, leite em pó, leite condensado e doce de leite. Dados do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais compilados pela Seapa indicam que o Estado contabiliza 771 laticínios.

Tradição e cultura também têm relação direta com a origem do doce de leite, disputada por vários países da América Latina. Segundo a antropóloga Esther Katz, a técnica de condensar leite ou frutas com açúcar foi trazida à América pelos portugueses e espanhóis, que também foram responsáveis pela introdução de gado bovino e cana-de-açúcar no continente. Assim como a produção dos queijos, a fabricação dos doces tem origem no passado colonial, em que a utilização do leite era ainda mais condicionada à perecibilidade do produto, e a elaboração dos doces nas próprias fazendas era uma forma de conservá-lo. (KATZ, Esther. Os doces de leite na América Latina. Portal Slow Food Brasil, 2007).

Dados específicos sobre a produção de doce de leite no Brasil são escassos, o que se deve, em parte, ao caráter artesanal de parcela importante da produção. Com relação aos doces industrializados, estudo técnico de 2012 estimou que o doce representava 0,6% dos produtos dos laticínios brasileiros, e que o Estado de Minas Gerais, por possuir o maior parque industrial nacional de laticínios, detivesse cerca de 50% da produção brasileira de doce de leite. (PERRONE et. al. Atributos tecnológicos de controle para produção do doce de leite. Rev. Inst. Latic. “Cândido Tostes”, Mar/Abr, nº 385, 67: 42-51, 2012.). A estimativa parece permanecer pertinente, haja vista que, em 2022, pelo menos quatro dos maiores laticínios produtores de doce de leite do País – Nestlé, Piracanjuba, Camponesa e Itambé – mantêm unidades fabris sediadas em municípios mineiros.

No que toca especificamente ao Doce de Leite Viçosa, sua história remonta aos anos 1980, quando a Usina Piloto de Laticínios da UFV – criada com o objetivo de ser um laboratório de apoio às aulas práticas sobre leite e derivados do Departamento de Tecnologia de Alimentos – passou a ser gerenciada pela Funarbe. Inicialmente, a produção do doce se destinava apenas ao consumo dos estudantes e clientes do refeitório da instituição de ensino.

O produto foi lançado no mercado local em 1988, com a denominação “Doce de Leite em Pasta Funarbe”, e, em 1992, passou a ser comercializado como Doce de Leite Viçosa, em função da adoção da marca “Viçosa” pelo Laticínio Escola. Assim, desde 2000, quando participou pela primeira vez do Concurso Nacional de Produtos Lácteos, vem divulgando o nome do município e da universidade pelo País. Em todas as edições de que participou, foi premiado entre os três primeiros colocados. E em 2019 se tornou recordista no concurso, ao ser vencedor pela décima vez.

Em entrevista concedida em 2020 à Agência de Notícias Brasil-Árabe, o gerente-geral do laticínio afirmou que o doce representava entre 55% e 60% do volume de produção da usina, totalizando cerca de 60% de seu faturamento total – que, cabe destacar, não tem fins lucrativos, mas destina-se à universidade e aos processos de melhoria da fundação. Na mesma ocasião, ressaltou que o doce de leite estava em processo de adequação para obter a certificação internacional que viabilizaria a exportação do produto, atendendo a uma demanda crescente por parte de comerciantes de outros países – certamente relacionada às sucessivas premiações nacionais.

Diante desse cenário, se por um lado a qualidade e a relevância cultural do doce de leite fabricado em Viçosa é patente – e vem sendo sistematicamente confirmada nos concursos e, recentemente, na legislação do Estado –, por outro lado, a ausência de dados oficiais sobre a produção estadual do doce impossibilita a afirmação de que o município seja considerado também seu maior produtor (em volume) do Estado. Por esse motivo, o projeto de lei em análise foi baixado em diligência ao Poder Executivo. Assim, em 8/6/22 foi encaminhado ofício à Seapa para que, tendo em vista o panorama da produção industrial e artesanal do produto no Estado, se manifestasse sobre a pertinência de conferir ao Município de Viçosa o título de Capital Estadual do Doce de Leite.

Em sua resposta, recebida em 20/6/22, a secretaria reafirmou a notoriedade do produto viçosense e destacou a importância da afirmação da imagem desse produto perante Minas Gerais e o Brasil. Além disso, observou o alinhamento do projeto de lei com os propósitos do Executivo estadual de incentivar o empreendedorismo, fomentar o turismo gastronômico e o desenvolvimento socioeconômico do município, razões pelas quais opinou favoravelmente à sua aprovação.

Assim, diante de todo o argumento técnico apresentado e corroborando o entendimento da Seapa, entendemos que a proposição merece prosperar nesta Casa.

### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.525/2022, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 dezembro de 2022.

Delegado Heli Grilo, presidente e relator – Beatriz Cerqueira – Coronel Henrique – Inácio Franco.

### **RELATÓRIO DE VISITA**

#### **Comissão de Administração Pública**

**Local Visitado:** Mina do Corumi, da Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra – e local licenciado para instalação da Cava Norte do Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST – da empresa Taquaril Mineração S.A. – Tamisa –, partindo do interior do Parque Municipal das Mangabeiras, na Avenida José do Patrocínio Pontes, 580, em Belo Horizonte.

### Apresentação

A Comissão de Administração Pública, a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira, realizou em 27/5/2022 visita à Serra do Curral, com o objetivo de verificar sua situação, tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto (Requerimento de Comissão nº 12.245, de 2022). Foi a segunda visita realizada ao local com o mesmo objetivo, porém com trajetos diferentes. A primeira partiu do Bairro Taquaril, passando pela Fazenda Ana da Cruz, em sua porção localizada no Município de Sabará, até chegar à área prevista para o empreendimento, também na Fazenda Ana da Cruz, na porção situada em Nova Lima. Já a segunda se iniciou no Parque das Mangabeiras, em Belo Horizonte, e será descrita a seguir.

Participaram da visita a deputada Beatriz Cerqueira; o deputado Bartô; representantes da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Mauro Tramonte; os deputados federais Rogério Correia e Áurea Carolina; representantes das vereadoras Duda Salabert e Bella Gonçalves, de Belo Horizonte, e da vereadora Kátia Goyatá, de Alfenas; Sérgio Augusto Domingues, presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica; Apolo Heringer Lisboa, idealizador do Projeto Manuelzão; Jeanine Renate Souza Oliveira, representante do Movimento Mexeu com a Serra do Curral Mexeu Comigo; Avelin Kambiwa, do Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas; Euler de Carvalho Cruz e Júlio Grillo, do Fórum Permanente São Francisco; Juliana Ellen de Sales, de Nova Lima, entre outros cidadãos interessados na proteção da Serra do Curral.

### Relato

Os antecedentes, a contextualização e a caracterização do empreendimento minerário descritos a seguir foram extraídos do relatório da primeira visita técnica da Comissão de Administração Pública ao local onde está prevista a instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, da empresa Taquaril Mineração S.A. – Tamisa –, realizada em 9/5/2022. Esses tópicos foram integrados a este relatório para que cada peça tenha o inteiro teor dos fatos que circundam o tema.

#### Antecedentes

As serras sempre foram referenciais fundantes para o nosso Estado, seja pelo seu aspecto cênico – o mar de Minas –, seja na história da ocupação territorial, atuando como marcadores para os trajetos dos bandeirantes, por exemplo, e para a constituição de diversos núcleos urbanos. A Serra do Curral é um desses marcos ímpares do processo de ocupação de Minas Gerais, pois, como divisora das águas das Bacias dos Rios das Velhas, a leste, e Paraopeba, a oeste, foi determinante para a definição das formas de apropriação do território pelas comunidades que aqui se instalaram.

A cadeia montanhosa foi também a referência em relação à qual a nova Capital do Estado foi planejada por sua Comissão Construtora, no fim do século XIX. Verdadeiro anfiteatro para a República que se instalava, da qual Belo Horizonte veio a ser grande referência, o alinhamento montanhoso foi assim o primeiro importante referencial urbano. Decorre daí o fato de a Comissão Construtora, contrariando a convenção cartográfica, orientar seus mapas no sentido sul. A área voltada para Belo Horizonte, em sua parte mais alcantilada, que inclui o Pico Belo Horizonte, recebeu proteção federal por tombamento na década de 1960.

Ao longo dos séculos, a serra testemunhou as transformações da economia da região. Na atividade minerária, foi palco da ascensão e do declínio do Ciclo do Ouro, nos séculos XVIII e XIX, e do acelerado desenvolvimento da mineração de ferro, que se tornou uma das principais fontes de riqueza do Estado e do País durante o século XX. Especialmente a partir da década de 1990, em função de intensa mobilização popular, os ciclos de espoliação dos recursos minerais foram interrompidos, cedendo à perspectiva do reconhecimento dos valores históricos, culturais e ambientais da Serra do Curral. Em 1990, a Capital protegeu, como patrimônio cultural e ambiental, a vertente belo-horizontina da serra, e diversas unidades de conservação foram criadas na região.

Por essa importância histórica, geográfica, geológica e simbólica, há grande mobilização pela preservação da serra no âmbito estadual, pois o tombamento, nesse caso, teria o condão de dar um tratamento de conjunto a todo o alinhamento montanhoso, para além das perspectivas locais.

### **Contextualização**

Na madrugada do dia 30/4/2022, após mais de 18 horas de reunião virtual, a Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – de Minas Gerais aprovou, por oito votos a quatro, a concessão das licenças prévias e de instalação relacionadas ao Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, da Tamisa, a se implantar no Município de Nova Lima, em área pertencente ao complexo montanhoso da Serra do Curral, próximo à tríplice divisa com Sabará e Belo Horizonte.

Muitos questionamentos envolvem a aprovação das licenças, em especial no que se refere à tramitação do licenciamento simultaneamente com o processo de tombamento no âmbito do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – Conep –, com etapas de estudos de identificação já concluídas, porém sem a submissão à apreciação final do referido conselho, por um período de mais de um ano. Isso porque, de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, norma geral que trata do tombamento de bens culturais e naturais, o tombamento provisório já produz os mesmos efeitos do tombamento definitivo no que tange à proteção do bem tombado contra intervenções que o descaracterizem. Também é motivo de insatisfação e de ações judiciais a ausência, no curso do processo de licenciamento, de consulta aos Municípios de Belo Horizonte e Sabará, potencialmente impactados pelo empreendimento. Questiona-se também a ausência de anuência do Ibama à intervenção em fragmentos de Mata Atlântica no processo.

Problematiza-se, ainda, a ausência da apresentação prévia de Estudo de Impacto ao Patrimônio Cultural – EPIC – e respectivo Relatório de Impactos ao Patrimônio Cultural – RIPC – tendo em vista os significativos impactos ao patrimônio cultural que o CMST pode provocar.

Outro ponto objeto de arguição diz respeito ao fato de a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – ter considerado válidas, para as licenças concedidas em 2022, autorizações ambientais e anuências das entidades intervenientes (como Copasa e Iepha) emitidas para versão anterior do projeto do CMST, que teve licenciamento requerido em 2014, mas foi arquivado em 2019 a pedido do empreendedor. Nesta seara, ação civil pública interposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais ressalta o ofício IEPHA/GAB. nº 229/2022, subscrito em 22/3/2022 pelo presidente do Instituto, que explicita que “o licenciamento ambiental do empreendimento ‘Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril’ não passou por análise do Iepha e não possui manifestação/anuência expedida pelo órgão estadual (...)”.

O tema vem mobilizando a atuação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais desde 2021, mas a aprovação das licenças ambientais conferiu centralidade e urgência aos debates sobre o tema. Merecem destaque iniciativas como:

- a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC – 67/2021, que pretende acrescentar artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de forma a dispor sobre o tombamento, para fins de conservação, da Serra do Curral. A PEC-67, subscrita por 30 deputados, tem como primeiro signatário o deputado Mauro Tramonte;

- a coleta de assinaturas com vistas à constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – para investigar o processo de aprovação do licenciamento para o CMST pelo Copam;

- a realização de audiência pública conjunta das Comissões Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia, em 5/5/2022, cuja finalidade foi obter esclarecimentos acerca da implementação do complexo minerário e debater os impactos do empreendimento na Serra do Curral;

- o proferimento de pronunciamentos em Plenário sobre o tema e a aprovação de requerimentos com pedidos de informações, providências, audiências e visitas técnicas;

– a visita técnica à Serra do Curral, realizada em 9/5/2022, acessada pela Serra do Taquaril, percorrendo-se a Fazenda Ana da Cruz, em sua porção localizada no Município de Sabará, até chegar à área prevista para o empreendimento, também na Fazenda Ana da Cruz, na porção situada em Nova Lima, cujo relatório foi aprovado no dia 17/5/2022;

– a apresentação pela deputada Beatriz Cerqueira e pelo deputado federal Rogério Correia de recurso à Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – contra a decisão da concessão do licenciamento ambiental ao empreendimento;

– a realização de audiência pública da Comissão de Segurança Pública, em 7/6/2022, com a finalidade de debater a concessão de licença ambiental para mineração na Serra do Curral à empresa Taquaril Mineração S.A., na 86ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 29 de abril de 2022.

### **Caracterização do empreendimento minerário**

O complexo minerário em discussão compreende lavra e beneficiamento de minério de ferro em reservas localizadas no Município de Nova Lima, em uma das variantes ao sul do eixo principal da Serra do Curral conhecida como Serra do Taquaril. O projeto está inserido na borda norte do Quadrilátero Ferrífero, no trecho entre o Pico Belo Horizonte e o vale do Rio das Velhas. Situa-se no domínio da Mata Atlântica, no ecótono entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado, na Serra do Espinhaço.

O empreendimento inclui as atividades de lavra a céu aberto, unidade de tratamento de minerais com tratamento a seco e a úmido, pilhas de estéril, estradas internas para circulação de veículos e equipamentos, bacias de contenção de sedimentos, além de estruturas e prédios administrativos. Nos termos da legislação vigente, é classificado como de grande porte e grande potencial poluidor e sua localização é sensível, pois haverá supressão de vegetação em área prioritária para a conservação da biodiversidade especial – que inclui áreas de preservação permanente – APP – e fragmentos de Mata Atlântica.

Com relação às unidades de conservação da natureza, o projeto do complexo minerário está inserido na Área de Proteção Ambiental Sul Região Metropolitana de Belo Horizonte – APA Sul RMBH – e nas zonas de amortecimento dos Parques Estaduais da Baleia e da Serra do Rola-Moça e da Estação Ecológica do Cercadinho. Localiza-se também no entorno de diversas áreas verdes municipais, como os Parques da Serra do Curral, das Mangabeiras e Fort Lauderdale, em Belo Horizonte, e o Parque Municipal Rego dos Carrapatos, em Nova Lima. Está também próximo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata do Jambreiro, em Nova Lima, Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte, e Albert Scharle, em Sabará. Toda a região integra a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Na perspectiva do patrimônio cultural, o projeto do CMST está integralmente abrangido pelo perímetro proposto para tombamento estadual no âmbito do Conep.

Cumprir registrar que o CMST foi originalmente concebido para ser um complexo significativamente maior, situado nos Municípios de Nova Lima e Raposos e composto por três fases. Essa versão original do empreendimento (Processo PA COPAM nº 04421/2013/001/2014) teve pedido de licenciamento formalizado em 2014, mas foi arquivado a pedido do próprio empreendedor em 2019.

Em janeiro de 2020, o empreendedor formalizou o processo atual de licenciamento referente ao complexo minerário situado integralmente em Nova Lima. Não obstante, conforme se verifica no Parecer Único da Semad que subsidiou a votação do Copam, a pasta considerou válidas autorizações ambientais e anuências de órgãos intervenientes emitidas no curso do processo de licenciamento de 2014, o que, conforme exposto, vem sendo objeto de questionamento administrativo e judicial.

O projeto em debate está dividido em duas fases, a serem implantadas e operadas ao longo de 13 anos. Durante os quatro anos estimados para a operação da Fase 1, pretende-se lavar e beneficiar 2,34 milhões de toneladas (Mt) de minério de ferro. Para tanto, são previstas intervenções em cerca de 43 hectares (ha) da Fazenda Ana da Cruz, entre as quais estão: a Cava Norte, com área



de 7,30ha; quatro bacias de contenção de sedimentos, totalizando 2,2ha; cerca de 20ha de acessos; uma pilha de estéril de 4,44ha; uma instalação de tratamento de minério com área de 6,89ha; posto de combustível e estrutura administrativa.

Já a operação da Fase 2 ocorreria nos nove anos subsequentes e envolveria lavra e beneficiamento de 28Mt de minério. Para isso, afetará outros 58ha, que abrangeriam, entre outras estruturas, mais 32ha de cavas (denominadas central e oeste), mais uma instalação de tratamento de minério, ampliação da primeira pilha de estéril e implantação de nova pilha.

Na reunião do Copam de 30/4/2022 foram aprovadas, com condicionantes, as licenças prévias das Fases 1 e 2 e a licença de instalação da Fase 1 do empreendimento, todas com validade de seis anos. Essa implantação, restrita à Fase 1, está prevista para durar cerca de um ano, no curso do qual a mineradora deverá obter a licença de operação, sem a qual não poderá iniciar a exploração mineral pretendida.

### Relato da visita

– Os trabalhos tiveram início às 10 horas, próximo à Praça das Águas, no interior do Parque Municipal das Mangabeiras, onde os participantes se reuniram e definiram o roteiro da visita, com duas paradas:

– A primeira foi na cava da Mina do Corumi, da Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra –, vizinha do Parque Municipal das Mangabeiras, do Parque Estadual da Baleia e da área onde pretende se instalar o Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST – da Tamisa;

– A segunda seria no Pico Belo Horizonte, no alto da Serra do Curral, mas foi substituída, no decorrer da visita, pelo local onde está prevista a implantação da Cava Norte do empreendimento mineral (a primeira a ser minerada), a aproximadamente 300 metros da primeira parada e próximo ao sopé da porção nordeste do Pico Belo Horizonte.

**Figura 1:** Vista aérea da Serra do Curral, em que se vê a conexão direta entre a Mina do Corumi – Empabra – e a Cava Norte – Tamisa – (quase gêmeos siameses), e entre esses e os Parques Municipal das Mangabeiras e Estadual da Baleia e o Pico Belo Horizonte, e a proximidade com a Mina das Águas Claras – Vale.



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022.

Fonte Primária: Imagem de satélite do Google Earth, de 8/6/2020.

Na primeira parada, diante da cava da Mina do Corumi, da Empabra, situada na vertente belo-horizontina da Serra do Curral, Sérgio Augusto Domingues, presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, fez um detalhado relato do estado atual desse empreendimento e de como ele “é o melhor exemplo de como não [se] fazer mineração”. Nessa área, em que transparece



situação de total abandono e desleixo, com pilhas erodidas de finos de minério e solo exposto, pôde se verificar a existência, na cava da mina inativa, de taludes desconformados e instáveis, onde processos erosivos acelerados originaram voçorocas que já avançaram, em uma das porções da cava, sobre o Parque Estadual da Baleia, “vizinho de cerca” dessa mineração. Viu-se que o empreendedor demonstrou não ter o menor cuidado com a unidade de conservação de proteção integral contígua à cava. Segundo o presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica a ação do tempo certamente fará aumentar a área degradada em direção ao parque estadual, se medidas imediatas não forem tomadas. Ele também explicou que o passivo ambiental na Mina do Corumi continua provocando danos ao meio ambiente, especialmente no período chuvoso, em função do carreamento de sedimentos para os cursos d'água da região, notadamente o Córrego Taquaril, e do favorecimento de processos erosivos também na vertente nova-limense da serra.

**Figura 2:** Vista aérea da Serra do Curral com a Mina do Corumi – Empabra



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022.

Fonte Primária: Imagem de satélite do Google Earth, de 8/6/2020.

**Foto 1:** Erosão formando voçorocas em cava da Mina do Corumi – Empabra – avançando para o Parque Estadual da Baleia na vertente posterior (Clarissa Barçante/ALMG)



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Sala de Imprensa.

Fotos. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022. (Galeria de Fotos.) Disponível em: [https://www.almg.gov.br/sala\\_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77](https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77). Acesso em: 22 jun. 2022.

A mina, cujas atividades remontam à década de 1950, foi embargada em 1990, e desde 2003 tem seu fechamento e recuperação ambiental envolvidos em irregularidades – motivo pelo qual foi objeto de investigação pela CPI da Mineração da Serra do Curral da Câmara Municipal de Belo Horizonte, concluída em 2019.

A Empabra, que assumiu o passivo em 2003, é acusada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e por ambientalistas de utilizar o acordo de recuperação ambiental, assinado com o Município de Belo Horizonte, no qual estava previsto o plano de recuperação de área degradada – Prad –, como uma fachada para retomar a mineração na Serra do Curral, sem as licenças ambientais necessárias para a atividade. Em 2015, o Estado avocou para si a regularização ambiental do empreendimento e assinou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – com a Empabra para que executasse o Prad. No mesmo momento, a empresa deu entrada na Semad com um pedido de Licença de Operação Corretiva – LOC. Em 6/6/2018, ainda durante a tramitação do pedido de licenciamento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável lavrou o auto de infração contra a empresa nº AI 129039/2018, conforme códigos 109 e 128 do Anexo I do Decreto Estadual nº 47.383, de 2018, por “Descumprir total ou parcialmente Termo de Compromisso ou Termo de Ajustamento” e “Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na outorga, na autorização para intervenção ambiental ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental”.<sup>1</sup>

Ao fim do processo de licenciamento, em 24/7/2019, a Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana, da Semad, exarou parecer pelo indeferimento do pedido de Licença de Operação Corretiva à Empabra e determinou “retorno imediato e célere das obras de recuperação ambiental do empreendimento, conforme Prad, visando a rápida recuperação e manutenção das áreas requeridas no plano, em especial ao quadrante referente às áreas limítrofes ao Parque da Baleia”.

Durante a visita, Sérgio Domingues reforçou que a Empabra raspou o que pôde do minério ali existente sem, contudo, cumprir o que estava previsto no Prad e o que foi determinado pelo órgão ambiental estadual. Isso pôde ser observado pela coloração avermelhada dominante nos taludes e no fundo da cava da mina, contrastando com alguns pontos cinzas do terreno, que indicam resquícios de minério de ferro.

O presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica ressaltou que o processo de recuperação e reconformação da área degradada da Mina do Corumi é extremamente caro e, muitas vezes, não se conseguirá voltar às características existentes anteriormente naquele ecossistema. Ele lembrou que os campos rupestres e os campos ferruginosos, naturais da região, têm baixíssima resiliência, o que praticamente inviabiliza seu retorno à condição original. Esclareceu que, quando é feito o desmatamento para se alcançar a jazida mineral, espécies vegetais oportunistas, invasoras, muitas vezes exóticas, como os capins meloso e braqueara, mais resistentes e de crescimento rápido, avançam sobre a área e impedem o ressurgimento da flora nativa. E, a cada temporada de chuva, a erosão e a degradação aumentam e o processo vai ficando mais oneroso. Sérgio Domingues acrescentou ainda que as mineradoras vão gastando o lucro obtido com a mina durante sua vida útil e, ao final, não têm recursos para a recuperação ambiental.

Outro aspecto salientado é que o capim, que se espalhou por toda aquela região da serra, vira combustível para grandes incêndios florestais que anualmente, na época da seca, atingem o Parque Estadual da Baleia, o Parque Municipal das Mangabeiras, os bairros próximos como o Taquaril e até mesmo a Serra do Curral em sua porção mais próxima da Praça do Papa, seguindo em direção ao Bairro Belvedere.

Sérgio Domingues lembrou também que, a partir de sua criação, há 56 anos, o Parque das Mangabeiras passou a ser cercado pela urbanização de um lado e pela mineração de outro. Assim, restou somente uma conexão com outras áreas verdes (corredor ecológico<sup>2</sup>) por meio do Parque Estadual da Baleia, da Sub-bacia do Córrego Cubango e da área da Tamisa. Nesse contexto, vislumbra-se a ocorrência daquilo que é um grande temor de toda unidade de conservação de proteção integral, como o são os parques: o de se transformar em uma ilha. Isso porque, se não houver conectividade com outras áreas verdes, a fauna e a flora dessas unidades de conservação passam a reproduzir somente o material genético existente internamente, o que, ao longo do tempo, fragiliza os processos ecológicos, empobrece a diversidade biológica local e torna as espécies residentes suscetíveis a doenças e mesmo à extinção. Por isso, preocupa sobremaneira a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica o isolamento genético ao qual serão submetidas fauna e flora do Parque das Mangabeiras, caso o CMST se consolide.

O presidente da fundação ressaltou também que a manutenção de um clima agradável em Belo Horizonte, com temperaturas amenas e umidade alta, se deve ao serviço ambiental provido pelas matas das unidades de conservação e ecossistemas que restam nesse quadrante da Capital e no seu entorno (Nova Lima e Sabará). Elas criam um microclima local com temperaturas mais baixas, fazendo às vezes de um “sistema de ar condicionado” para Belo Horizonte e região metropolitana. Ele se referiu, ainda, à necessidade de se realizarem avaliações ambientais estratégicas, no âmbito dos licenciamentos ambientais, para que se verifique o impacto que empreendimentos como o da Tamisa trarão.

Por fim, Sérgio Domingues recordou que, quando se criou o Parque Municipal das Mangabeiras, pensou-se no benefício que essa área traria à população no futuro. Agora, “cá estamos nós, a geração do futuro, depois de colher por todo esse tempo os benefícios dos serviços ambientais prestados por essa área e por todos os ecossistemas do seu entorno, devendo assumir o compromisso de preservá-la para as gerações futuras dos próximos 50 ou 100 anos, provendo à população da região metropolitana benefícios insubstituíveis”.

Apolo Heringer, idealizador do Projeto Manuelzão, também se manifestou diante da cava da Mina da Empraba. Para ele, a situação política faz com que o licenciamento ambiental seja feito sem considerações de ordem ambiental, pois a estrutura montada na Semad e no Estado em relação ao licenciamento de empreendimentos é uma relação empresário-governo, que desconsidera outros

conhecimentos, como a ciência, e o pensamento estratégico de longo prazo. Opinou que estamos diante de uma política neocolonial de exportação de *commodities* (no caso, minério de ferro), que acaba com a siderurgia e a metalurgia brasileiras e exporta empregos. Além disso, salientou que, mesmo que a cava da mina seja recuperada e que “ela fique com aparência agradável por fora”, o subsolo colocado no lugar do original, que foi minerado, não terá a capacidade de atuar como aquífero do jeito que era antes. Esclareceu que a rocha onde se encontra o minério de ferro é muito fraturada e, com isso, acumula muita água nos seus interstícios. Ao ser substituída, a drenagem de água para a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, à qual pertence a área onde está a Empabra, será afetada. E essa situação se repete em todo o quadrilátero ferrífero.

Na visão de Heringer, falta ao Brasil um projeto de nação, de desenvolvimento tecnológico, em que se priorize a educação. Para ele, o minério poderia ser utilizado de uma forma mais lenta e não ser exportado com essa “voracidade toda, repetindo o ciclo da cana-de-açúcar, do Brasil Colônia”.

Na sequência, a representante do Movimento Mexeu com a Serra do Curral Mexeu Comigo Jeanine Oliveira lembrou que, na década de 2000, a Empabra apresentou um Plano de Recuperação de Área Degradada – Prad – ao Município de Belo Horizonte, no qual se comprometeu a recuperar a área. Naquela época, a mina estava interditada em razão de proposta de tombamento da serra pela Prefeitura de Belo Horizonte. Após minerar durante algum tempo, ela informou que entidades ambientalistas pressionaram o Estado, à época, para avocar o licenciamento do empreendimento, tendo em vista que a mina localiza-se em Belo Horizonte, o minério era escoado por Sabará e beneficiado em Nova Lima. Acrescentou que o Estado autorizou, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC –, o funcionamento da mineradora, que, concomitantemente, apresentou pedido de Licença (ambiental) de Operação Corretiva. Porém, segundo Jeanine, em vez de proceder à recuperação da área, a empresa prosseguiu minerando com grande expansão da cava original, em extensão e profundidade – inclusive além do direito minerário de que tinha posse – conforme consta do PARECER ÚNICO Nº 073/2019 (Protocolo SIAM 0452363/2019)<sup>3</sup>, que opinou pelo indeferimento de licença de Operação Corretiva à Empabra.

“No lugar do aterro e das baias de contenção de sedimentos, conforme bem descrito no Relatório Técnico Conjunto SUPRAM/IEF nº 01/2018, foi realizado um grande rebaixamento topográfico nas proximidades da “Seção 02\_Proj”, inclusive fora da poligonal do DNPM 7227/1957.”

**Figura 3:** Em amarelo, área alvo de rebaixamento (minerada) fora da poligonal autorizada pelo DNPM (ANM) 7227/1957





Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022.

Fonte Primária:

[http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/TLrbjM\\_fbW7C6det5u9VDkqBjA8cM2T7.pdf](http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/TLrbjM_fbW7C6det5u9VDkqBjA8cM2T7.pdf) Acesso em: 22 jun 2022.

Por fim, Jeanine demonstrou que o terreno no local está todo fragmentado e passível de lixiviação e de erosão. Assim, dificilmente poderá ser recuperado e sustentar novamente a flora anteriormente existente.

**Foto 2:** Pilhas erodidas de finos de minério de ferro e solo exposto formado por material lixiviável em Mina do Corumi – Empabra. (Clarissa Barçante/ALMG)



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Sala de Imprensa. Fotos. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022. (Galeria de Fotos.) Disponível em: [https://www.almg.gov.br/sala\\_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77](https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77). Acesso em: 22 jun. 2022.

A partir de um questionamento do deputado federal Rogério Correia sobre as obrigações de recuperação da área pela Empabra, o representante do Fórum Permanente São Francisco Euler de Carvalho Cruz relatou que reside nas proximidades e que viu, por algumas vezes, a empresa recomeçar a minerar com a alegação de que, com o dinheiro da venda do minério, recuperaria toda a área. Entretanto, de acordo com ele, nunca o fez.

Nesse ponto da visita, também foi ressaltado pelos presentes que a água existente atualmente dentro da cava da mina é do lençol freático, que está exposto e sujeito a contaminação.

**Foto 3:** Lençol freático exposto e sujeito a contaminação em Cava da Mina do Corumi – Empabra. (Clarissa Barçante/ALMG)



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Sala de Imprensa. Fotos. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022. (Galeria de Fotos.) Disponível em: [https://www.almg.gov.br/sala\\_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77](https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77). Acesso em: 22 jun. 2022.

A segunda parada ocorreu a aproximadamente 300 metros da primeira e no exato local onde está prevista a instalação da Cava Norte do CMST. Situada ao lado da mina da Empabra e próximo ao sopé da porção nordeste do Pico Belo Horizonte, essa seria a primeira área a ser minerada pela empresa. Observou-se que ainda está totalmente preservada, com vegetação natural característica da região e processos ecológicos mantidos. Entre a Serra do Curral e a Serra do Taquaril, abriga um longo vale com bela vista para a Serra da Piedade. Verificou-se, porém, nas encostas da Serra do Curral, em estrada aberta pela Empabra para o seu empreendimento, um expressivo processo erosivo em marcha.

**Foto 4:** Processo expressivo de erosão próximo de estrada da Mina do Corumi – Empabra. (Clarissa



Barçante/ALMG)



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Sala de Imprensa. Fotos. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022. (Galeria de Fotos.) Disponível em: [https://www.almg.gov.br/sala\\_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77](https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19550&albPos=77). Acesso em: 22 jun. 2022.

Segundo a deputada Beatriz Cerqueira, o local propicia uma visão didática dos danos e impactos que a mineração poderá promover na área.

Sérgio Domingues, presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, reafirmou a importância dessa região como um corredor ecológico para as unidades de conservação urbanas da Capital. Isso porque a mina está situada entre essas unidades e, após um extenso vale, está a Serra da Piedade.

**Foto 5:** – Vista a partir da Cava Norte – Tamisa – em que se vê o vale que será impactado pela exploração mineral, de acordo com a licença ambiental concedida pela Semad. Ao fundo, a Serra da Piedade. (Mariana Paolucci/ALMG)





Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Relatório de visita da Comissão de Administração Pública para verificar a situação da Serra do Curral tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Belo Horizonte, 27 de maio de 2022. (Acervo pessoal).

Esta, por sua vez, se conecta com a Serra do Espinhaço. Se a mineração for implantada, o Parque Municipal das Mangabeiras e o Parque Estadual da Baleia poderão ser isolados e perder a conexão com a diversidade biológica, como explicado anteriormente. Outro ponto levantado por Sérgio Domingues é que a mina da Tamisa se conectará com o empreendimento da Empabra. “Juntos criarão um efeito cumulativo que amplificará os impactos ambientais já gerados, não compensados, não mitigados, não recuperados e, não se sabe, se estão sendo fiscalizados da mina da Empabra”. Ele ressaltou, em seguida, que os demais serviços ecossistêmicos, prestados por toda essa área, poderão ser perdidos, como a recarga hídrica dos lençóis freáticos, a estabilização do clima e a polinização das plantas. Continuando, ele lançou um desafio para que os presentes identificassem se o grupo estava naquele momento em Nova Lima ou Belo Horizonte (para situar, o grupo estava próximo do limite entre os municípios). Após alguns instantes, ele mesmo respondeu que pouco importava, pois as plantas, os animais, a água e todos os processos ecológicos desconhecem limites territoriais, que são estabelecidos pelo homem.

Júlio Grillo, do Fórum Permanente São Francisco, reforçou a questão do impacto da mineração sobre os lençóis freáticos da região, o que prejudica o abastecimento dos rios, que, por sua vez, impactam as captações de água para abastecimento público, como a da Estação de Tratamento de Água de Bela Fama, que retira água do Rio das Velhas próximo da sede do Município de Nova Lima. Pontuou, ainda, que a legislação de licenciamento ambiental permite, em sua visão, uma “tapação” quando autoriza que empreendimentos com requerimentos minerários<sup>4</sup> situados em áreas contíguas sejam licenciados de forma parcelada. Explicou que a área licenciada ambientalmente para o CMST é de 43 hectares, correspondentes a cinco requerimentos minerários, de um total de 12 requerimentos minerários contíguos e que compreendem 1.536 hectares. Na opinião dele, há intenção de se minerar a totalidade da área, com impacto ambiental muitas vezes maior, e por estratégia das empresas, faz-se o parcelamento do licenciamento ambiental.

Apolo Heringer, do projeto Manuelzão, ressaltou a necessidade de o planejamento estratégico ambiental do governo considerar o território da bacia hidrográfica e até mesmo, o da bacia geo-hidrográfica, porque a “água subterrânea muitas vezes não tem a mesma lógica da água superficial”. Isto é, a água subterrânea dessa região pode estar alimentando a bacia hidrográfica do Rio Paraopeba e ao mesmo tempo a bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Encerrando a visita, a deputada Beatriz Cerqueira salientou a “importância estratégica” de ir ao local onde está prevista a mineração e ver todo o impacto que a atividade poderá gerar, porque “falas, notas e campanhas publicitárias das mineradoras tentam maquiagem, tentam dizer o que não é real”. A “visita foi extremamente impactante no sentido de demonstrar o que já foi feito – os danos ambientais provocados pela mineradora Empabra em área vizinha da que se pretende minerar – e o que se pretende fazer – dano ambiental futuro da Tamisa”.

A deputada relatou aos presentes que, como no caso da primeira visita, esta geraria um relatório técnico que será apresentado e votado na Comissão de Administração Pública.

### Conclusão

A visita trouxe aos presentes a percepção clara dos imensos impactos ambientais promovidos na região pela Mina do Corumi, da Empabra, inclusive erosões na sua cava, que atingiram concretamente o Parque Estadual da Baleia, vizinho do empreendimento (Foto 1). Ficou a certeza de que a empresa não se utilizou sequer minimamente de boas práticas de mineração, não cuidou e não protegeu o seu entorno. Os participantes viram o lençol freático exposto e sujeito a contaminações na cava da mina (Foto 3), além das pilhas de rejeitos finos dispostas de forma descuidada e espalhadas ao seu redor, que começaram a se desmanchar a um simples toque (Foto 2). Reforça-se aqui a visão de Sérgio Augusto Domingues, presidente da Fundação de Parques Municipais e

Zoobotânica, de que a Empabra – Mina do Corumi – “é o melhor exemplo de como não [se] fazer mineração”. Não foi visto pelos presentes qualquer ação do empreendedor direcionada a corrigir os danos ambientais relatados.

Logo ao lado, a apenas 300 metros dessa mineração em situação de abandono, observou-se a área ainda totalmente preservada (Foto 5) onde se pretende instalar a Cava Norte do CMST, com vegetação natural característica da região e processos ecológicos mantidos. Paisagem de extrema beleza cênica, o local está abrigado entre a Serra do Curral e a Serra do Taquaril, em um longo vale com linda vista para a Serra da Piedade. Verificou-se, porém, nas encostas da Serra do Curral, em estrada aberta pela Empabra para o seu empreendimento (Foto 4), um expressivo processo erosivo em marcha, o que representa mais um dos danos ambientais causados por essa empresa.

No que tange aos aspectos relacionados ao patrimônio natural e cultural que fundamentam o interesse público de proteção e preservação da Serra do Curral, um dos pontos de destaque da visita foi a discussão em torno da existência de importantes áreas preservadas que perderiam sua conexão com a presença de mais uma área de mineração e seu transbordo de impacto. Também foi destacada a integração da Serra do Curral ao conjunto compreendido pela Serra do Espinhaço, cadeia montanhosa entre o centro-sul de Minas Gerais e a Bahia, cuja riqueza e diversidade minerária foi responsável pela relevância dessa atividade no Brasil desde o período colonial. Ao longo da Serra do Espinhaço estão alguns dos principais monumentos históricos e culturais do Brasil protegidos em âmbito nacional, além dos reconhecidos pela Unesco – Ouro Preto, Belo Horizonte, Congonhas e Diamantina, que integram a Lista do Patrimônio Mundial – e a própria Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

De uma perspectiva mais próxima do contexto da Serra do Curral, as áreas naturais protegidas são os Parques Municipal das Mangabeiras e Estadual da Baleia, a Estação Ecológica do Cerdadinho e o Monumento Natural da Serra da Piedade (também objeto de tombamento em âmbito estadual, em 2006)<sup>5</sup>. Todos foram claramente visíveis ao longo do trecho principal da visita – tanto no que se refere às respectivas unidades de conservação, quanto à continuidade possível entre eles, pois ainda é perceptível a conexão que subsiste no território, a despeito da degradação representada pelas cavas abandonadas e da atividade minerária impactante em curso. Essas conexões também se aplicariam, de acordo com convidados presentes, ao Parque Nacional da Serra da Gandarela, situado ao sul, e ao Parque Nacional da Serra do Cipó, ao norte.

De um ponto de vista mais amplo, estadual e nacional, trata-se de área pertencente ao conjunto da Serra do Espinhaço, que liga a região das Minas ao limite sul da Chapada Diamantina, na Bahia. Além de seu valor histórico na ocupação do Estado, o Espinhaço, como formação geológica, pode ser considerada a única cordilheira nacional.

A Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço<sup>6</sup>, reconhecida pela Unesco em 2005, foi indicada como área prioritária para a proteção de corredores da biodiversidade e de mananciais hídricos, sendo responsável pela organização atual da rede de drenagem de importantes bacias hidrográficas de Minas Gerais, tais como as dos Rios São Francisco, Doce e Jequitinhonha. A Serra do Curral, integrante do eixo sul da Serra do Espinhaço, é uma região de grande importância para o fornecimento desse estratégico serviço ecossistêmico, atuando como reservatório para as bacias hidrográficas dos Rios das Velhas e Paraopeba, que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

Os participantes da visita ressaltaram também que, por se tratar de território cuja gestão é feita por múltiplos agentes – Iphan, Iepha, Ibama, Semad, Copam, Municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, conselhos dos parques municipais e estaduais existentes, entre outros órgãos e entidades –, a tomada de decisão não pode ficar adstrita a um único órgão estadual, sobretudo quando diversas condicionantes deveriam ser revistas. A fragmentação da gestão é um dos fatores que favorece a existência de empreendimentos que atuam em desacordo com as normas vigentes, dificulta a fiscalização e impede o cuidado estratégico com a área a partir de uma visão global e de futuro.

A proteção por tombamento estadual, como salientado na primeira visita realizada por esta comissão, em 9/5/2022, pode vir a promover essa articulação à compreensão do território da Serra do Curral, a partir de múltiplos valores – naturais, culturais,

materiais e imateriais – que devem ser preservados: proteção da estrutura geológica que compõe a borda norte do quadrilátero ferrífero, considerada única no mundo em sua morfologia; promoção da visibilidade da unidade morfoestrutural “crista homoclinal”, de forma a garantir a moldura paisagística da Serra do Curral em Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará; compreensão da paisagem da serra a partir de visadas e mirantes situados nos três municípios; manutenção da morfologia e do relevo e proteção da biodiversidade, além do impedimento à degradação contínua em áreas já mineradas; integridade do trecho que constitui a parte sul do corredor da vida que se estabelece ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço; reforço da atuação conjunta e coordenada das agências e órgãos que fazem a gestão da área da Serra do Curral.

Como a partir da primeira visita da Comissão de Administração Pública à Serra do Curral, é necessário reafirmar a posição pela inviabilidade de se empreender uma nova mineração nesse local. É preciso iniciar o processo de recuperação dos danos ambientais provocados pelo empreendimento da Empabra, situado ao lado.

Há vários pontos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento da Tamisa que foram considerados irregulares e até mesmos ilegais e motivaram a apresentação de recurso ao Copam contra a concessão da licença.

Assim, esta relatora apresentou os seguintes requerimentos a esta Comissão de Administração Pública:

– Requerimento de Comissão nº 13.526, de 2022. Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciado em uma descrição detalhada da situação do empreendimento minerário Empabra Mineração Pau Branco Ltda, relacionando os impactos ambientais existentes no local, as medidas determinadas e o prazo firmado pela secretaria para a recuperação das áreas degradadas situadas no interior da mina e no seu entorno, como o Parque Estadual da Baleia, além de outras que existirem.

– Requerimento de Comissão nº 13.525, de 2022. Requer seja realizada audiência pública para debater a regularidade ambiental e legal da Mina Bela Vista, da Mineração Gute Sicht Ltda., situada na Serra do Curral, em Belo Horizonte.

– Requerimento de Comissão nº 13.524, 2022. Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais cópias dos relatórios das visitas técnicas da Comissão de Administração Pública à Serra do Curral, realizadas nos dias 9 e 27 de maio de 2022, para conhecimento e providências cabíveis.

– Requerimento de Comissão nº 13.523, 2022. Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que acione, se necessário judicialmente, a Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra – determinando-a que inicie imediatamente a implementação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – Prad – da Mina do Corumi, situada na Serra do Curral em Belo Horizonte, principalmente para conter e fazer reverter processos erosivos acelerados que originaram voçorocas que já avançaram, em uma das porções da cava, sobre o Parque Estadual da Baleia, “vizinho de cerca” dessa mineração, e, em outra porção, avançaram sobre área de preservação permanente, situada entre a Serra do Curral e a Serra do Taquaril.

### **Recomendações**

– ao secretário de Estado de Cultura e Turismo, presidente do Conep, e à presidente do Iepha, secretária-executiva do conselho, solicita-se o imediato tombamento da serra, tendo em vista os estudos já elaborados.

– à ALMG, demanda-se a votação e aprovação da PEC 67/2021, que pretende acrescentar artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de forma a dispor sobre o tombamento, para fins de conservação, da Serra do Curral.

– à Semad, requer-se a anulação das licenças concedidas, haja vista as diversas irregularidades do processo expostas neste relatório e nas ações judiciais sobre o tema em tramitação.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, relatora.

<sup>1</sup> [http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/TLrbjM\\_fbW7C6det5u9VDkqBjA8cM2T7.pdf](http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/TLrbjM_fbW7C6det5u9VDkqBjA8cM2T7.pdf) Acesso em 2 fev. 2022, pag. 21

<sup>2</sup> Corredores ecológicos são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais, conforme define a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

<sup>3</sup> [http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/TLrbjM\\_fbW7C6det5u9VDkqBjA8cM2T7.pdf](http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/uploads/TLrbjM_fbW7C6det5u9VDkqBjA8cM2T7.pdf) Acesso em: 22 jun 2022.

<sup>4</sup> Requerimentos minerários: Não foi esclarecido se se tratam de requerimentos de pesquisa minerária ou requerimentos de concessão de lavra, sendo o primeiro pré-condição para o segundo, que, uma vez expedito, autoriza o empreendedor a solicitar as diversas licenças necessárias, inclusive a ambiental.

<sup>5</sup> O Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade está inscrito nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; de Belas Artes e Histórico, das obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. Cf.: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoos/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/130/bens-tombados-conjunto-paisag%C3%ADstico-da-serra-da-piedade> (acesso em 30/5/2022)

<sup>6</sup> “O Brasil aderiu ao Programa MaB [Man and the Biosphere] em 1974, através do Decreto 74.685 de 14/10/1974, que criou a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera – CobraMaB, coordenada à época pelo Ministério de Relações Exteriores. Posteriormente, Decreto Federal de 21 de setembro de 1999 redefiniu a composição, estrutura e coordenação da referida Comissão que passou a vincular-se ao Ministério do Meio Ambiente, com a Secretaria-Executiva na Secretaria Nacional de Biodiversidade/ Departamento de Áreas Protegidas – SBio/ DAP, hoje denominada Secretaria Nacional de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente. Em 2019, o Governo Brasileiro revogou mais de 300 colegiados nacionais, inclusive a CobraMaB, pelo do Decreto nº 9.759, de 11/4/2019. De acordo com a Secretaria Nacional de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Nacional do Programa MaB encontra-se em revisão”. As Reservas da Biosfera no Brasil são definidas pelo capítulo VI (Das Reservas da Biosfera) da lei nº 9.985 de 18/07/2000, que institui o SNUC, e são regulamentadas por meio do Decreto nº 4.340, de 22/8/2002, (...) definindo as Reservas da Biosfera como instituições autônomas, colegiadas, representativas, paritárias e descentralizadas, com Sistema de Gestão próprio. Cf.: <https://reservasdabiosfera.org.br/mab-no-brasil/> (acesso em 30/5/2022).

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Administração Pública

**Local Visitado:** Mineração Gute Sicht Ltda.

### Apresentação

A Comissão de Administração Pública, a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira, realizou em 6/6/2022, visita à Mineração Gute Sicht Ltda., no Bairro Taquaril, em Belo Horizonte, com o objetivo de verificar a legalidade de suas atividades, as condições de seu funcionamento e as possíveis violações da legislação por parte dessa empresa, tendo em vista que seu funcionamento se dá por meio de termo de ajustamento de conduta – TAC –, celebrado com a Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana – Supram CM. (Requerimento de Comissão nº 12.308, de 2022).

Participaram as deputadas Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira. A visita foi acompanhada pelas vereadoras Duda Salabert e Bella Gonçalves, de Belo Horizonte, e pelo vereador Ednei Antunes, de Moeda; por Felipe Correia de Souza Pereira

Gomes, dos Movimentos TiraOPéDaMinhaSerra e Ah, É Lixo!?, e Edneia Aparecida de Souza, do Movimento Comunitário do Taquaril.

Também compareceu, a convite, Charles Soares de Sousa, superintendente de Meio Ambiente da Regional Central Metropolitana, representando Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo – subsecretária de Estado de Regularização Ambiental.

## Relato

### Antecedentes

As serras sempre foram referenciais fundantes para o nosso Estado, seja pelo seu aspecto cênico – o mar de Minas –, seja pelo seu papel na história da nossa ocupação territorial, atuando como marcadores para os trajetos dos bandeirantes, por exemplo, e para a constituição de diversos núcleos urbanos. A Serra do Curral é um desses marcos ímpares do processo de ocupação de Minas Gerais, pois, como divisora das águas das Bacias dos Rios das Velhas, a leste, e Paraopeba, a oeste, foi determinante para a definição das formas de apropriação do território pelas comunidades que aqui se instalaram.

Essa cadeia de montanhas foi também a referência em relação à qual a nova Capital do Estado foi planejada por sua Comissão Construtora, no fim do século XIX. Verdadeiro anfiteatro para a República que se instalava, da qual Belo Horizonte veio a ser grande referência, o alinhamento montanhoso foi, assim, o primeiro importante referencial urbano. Decorre daí o fato de a Comissão Construtora, contrariando a convenção cartográfica, orientar seus mapas no sentido sul. A área voltada para Belo Horizonte, em sua parte mais alcantilada, que inclui o Pico Belo Horizonte, recebeu proteção federal por tombamento na década de 1960.

Ao longo dos séculos, a serra testemunhou as transformações da economia da região. Na atividade minerária, foi palco da ascensão e do declínio do Ciclo do Ouro, nos séculos XVIII e XIX, e do acelerado desenvolvimento da mineração de ferro, que se tornou uma das principais fontes de riqueza do Estado e do País durante o século XX. Especialmente a partir da década de 1990, em função de intensa mobilização popular, os ciclos de espoliação dos recursos minerais foram interrompidos, cedendo à perspectiva do reconhecimento dos valores históricos, culturais e ambientais da Serra do Curral.

Em 1990, a Capital protegeu por meio de sua lei orgânica (art. 224), como patrimônio cultural e ambiental, a vertente belo-horizontina “do alinhamento montanhoso da Serra do Curral, compreendendo as áreas do Taquaril ao Jatobá”, e diversas unidades de conservação foram criadas na região. O tombamento definitivo veio em 16 de dezembro de 2003<sup>1</sup>, portanto, há quase 20 anos, quando foram determinadas as diretrizes de proteção do perímetro de entorno/vizinhança da serra.

Por essa importância histórica, geográfica, geológica e simbólica, há grande mobilização pela preservação da serra no âmbito estadual, pois o tombamento, nesse caso, teria o condão de dar um tratamento de conjunto a todo o alinhamento montanhoso, para além das perspectivas locais.

### Contextualização

Em 25 de maio de 2022, a Prefeitura de Belo Horizonte interditou a Mina Boa Vista, explorada pela mineradora Gute Sicht, situada na Serra do Curral, em territórios da Capital e de Sabará. Na mesma data, o Executivo municipal ingressou com ação civil pública<sup>2</sup>, com pedido de liminar para suspender o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – firmado entre o Estado de Minas Gerais e a referida empresa, que autorizou a empresa a minerar em área da Serra do Curral tombada por Belo Horizonte. Na ação, solicita-se ainda que o Estado de Minas Gerais seja impedido de conceder licenciamento ambiental ao empreendimento e imponha à Gute Sicht a obrigação de não exercer atividades causadoras de significativa degradação do meio ambiente na área tombada por Belo Horizonte, além da reparação dos danos ambientais causados e a indisponibilidade de bens da empresa, com o objetivo de indenizar a Capital por danos morais coletivos, no montante de R\$20 milhões.

Segundo consta da ação civil pública, a Polícia Federal investiga a mineradora pela suposta prática dos delitos de mineração ilegal e usurpação de bens da União (a jazida de minério de ferro), e requereu medida cautelar, deferida em 2020, de sequestro de bens (bloqueio de seus ativos financeiros).

O tema que motivou a visita vem mobilizando a atuação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais desde 2021. Entretanto, a aprovação pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – da licença ambiental para implantação do Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, da empresa Taquaril Mineração S.A. – Tamisa –, em área muito próxima à Mina Boa Vista, na Serra do Curral, conferiu centralidade e urgência aos debates sobre o tema. Merecem destaque iniciativas como:

- a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC – 67/2021, que pretende acrescentar artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de forma a dispor sobre o tombamento, para fins de conservação, da Serra do Curral. A PEC-67, subscrita por 30 deputados, tem como primeiro signatário o deputado Mauro Tramonte;

- a coleta de assinaturas com vistas à constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – para investigar o processo de aprovação do licenciamento para o CMST pelo Copam;

- a realização de audiência pública conjunta das Comissões Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia, em 5/5/2022, que teve a finalidade de obter esclarecimentos acerca da implementação do CMST e debater os impactos do empreendimento na Serra do Curral;

- o proferimento de pronunciamentos em Plenário sobre o tema e a aprovação de requerimentos com pedidos de informações, providências, audiências e visitas técnicas;

- as ações judiciais e iniciativas da Prefeitura de Belo Horizonte no sentido de tentar impedir que ocorram mais danos ao patrimônio municipal tombado.

A atividade que embasou a elaboração deste relatório envolve os seguintes aspectos:

#### **Caracterização do empreendimento minerário**

O complexo minerário em discussão compreende lavra a céu aberto de minério de ferro no montante de 1,5 milhão de toneladas/ano, estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites do empreendimento minerário com extensão de 1 km e pilhas de rejeito/estéril desse material em área de 5 hectares. O empreendimento está situado nos Municípios de Belo Horizonte e Sabará, na Serra do Curral, ao lado de área urbana – ocupação Terra Nossa, no Bairro Taquaril – que margeia suas cercas. (foto 1)



**Foto 1:** Vista aérea da Mina Boa Vista, sua inserção entre Belo Horizonte e Sabará e sua proximidade com área urbana.



O polígono em laranja é a área da Mina Boa Vista. A linha vermelha, que limita Belo Horizonte (esquerda) e Sabará (direita), divide o empreendimento em duas partes. Verifica-se a extrema proximidade da mancha urbana (Ocupação Terra Nossa, no Bairro Taquaril) com a mina na parte superior do polígono. Fonte: Ação Civil Pública nº 5100656-96.2022.8.13.0024, pag. 7. <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/ACAO%20PGM.pdf> Acesso em: 22 ago. 2022

Como detonações de dinamite para desmonte de bancadas de minério ocorrem entre 50 e 100 metros das casas da ocupação, três delas já desabaram, por sorte, sem ocasionar vítimas. Segundo consta no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC –, assinado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e a mineradora em 7 de maio de 2021 e renovado em 6 de maio de 2022, o empreendimento tem porte médio e fixado na Classe 3 da Deliberação Normativa Copam nº 217/2017<sup>3</sup>.

No mesmo TAC consta a informação de que o empreendimento está em processo de obtenção de licença ambiental em caráter concomitante e corretivo (Processo nº 1650/2021 – LAC2-LOC<sup>4</sup>), com base no art. 32, § 1º do Decreto estadual nº 47.383, de 2/3/2018. No caso específico, as licenças de instalação e de operação serão concedidas, se aprovadas, em um só ato administrativo e em caráter corretivo, pois o empreendimento está em funcionamento. Ressalte-se, conforme já mencionado anteriormente, que a empresa iniciou o processo de mineração do local ao arrepio de qualquer licença ou autorização. Flagrada em plena atividade, está sendo investigada pela Polícia Federal pela suposta prática dos delitos previstos de mineração ilegal e usurpação de bem da União (a jazida de minério de ferro).

### **Relato da Visita**

Os trabalhos tiveram início às 10 horas em frente à Capela Sagrada Família, na Estrada Velha de Nova Lima, nº 469, no Bairro Taquaril, a alguns quilômetros da entrada da Mina Boa Vista. Nesse local, os deputados, convidados e demais participantes se reuniram e definiram o roteiro da visita, que foi constituída por duas etapas:

- A primeira na portaria da Mina Boa Vista, da Mineração Gute Sicht, localizada no Km 4 da estrada velha de Nova Lima, que liga o Conjunto Taquaril ao Município de Sabará;
- A segunda na Ocupação Terra Nossa, localizada no alto do Bairro Taquaril.

Antes de seguir para a primeira parada, as deputadas, as vereadoras de Belo Horizonte, o vereador de Moeda e os demais participantes fizeram, em frente à Capela Sagrada Família, um momento de troca e atualização de informações sobre o avanço da exploração minerária na Serra do Curral, oportunidade em que os presentes ouviram relatos sobre as visitas técnicas recentemente realizadas pela Comissão de Administração Pública da Assembleia ao Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, da empresa Taquaril Mineração S.A. – Tamisa –, e à Mina do Corumi, da Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra –, ambas na Serra do Curral. Essas atividades foram esclarecedoras para o entendimento e a percepção real dos danos já provocados pela atividade minerária nessa serra – cartão-postal de Belo Horizonte –, que podem se agravar e se tornar irreversíveis.

Na primeira parada, na Portaria da Gute Sicht, as deputadas Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira se identificaram aos seguranças da mineradora e ao seu advogado. Nesse momento, informaram que a visita era uma atividade institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e que havia sido comunicada à empresa com antecedência, motivos pelos quais solicitaram que os portões fossem abertos. O advogado, representando a empresa, negou acesso ao interior do empreendimento a quase todos presentes, sob o argumento de que as atividades ali eram regulares e respeitavam a legislação, além do fato de os parlamentares não estarem de posse de um mandado judicial para entrar no local. Foi permitida, mas não efetivada, a passagem de Charles Soares de Sousa, superintendente de Meio Ambiente da Regional Central Metropolitana, em razão de ele deter poder de polícia administrativa. O representante da empresa justificou que, na ausência de mandado judicial, só autorizaria a entrada dos parlamentares se houvesse uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – instalada para tratar de tema ao qual o empreendimento estivesse afeto.

**Foto 2** – Entrada da Mina Boa Vista, da Mineração Gute Sicht.



Luiz Santana/ALMG. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/sala\\_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19577&albPos=1](https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19577&albPos=1). Acesso em: 24 ago. 2022.

Contudo, sem concordarem com o posicionamento da mineradora, as deputadas questionaram qual seria o problema de o Poder Legislativo, exercendo o seu poder de fiscalização, entrar na empresa. A deputada Ana Paula Siqueira, que é primeira signatária do pedido de abertura da CPI da Mineração, lembrou que, se a comissão já tivesse sido instalada, essa tarefa de fiscalização seria facilitada. “Não temos as 26 assinaturas necessárias e não pudemos entrar. O trabalho fiscalizatório, que é função dos deputados, não foi permitido”, pontuou.

Também chamou atenção a abordagem dos seguranças, que filmaram todos os presentes e colheram nomes de alguns deles. Segundo foi informado na ocasião, há relatos de intimidação a moradores da Ocupação Terra Nossa por parte desses profissionais da empresa, inclusive com uso de violência e exposição de armamento.

A segunda parada ocorreu na Ocupação Terra Nossa, onde as deputadas foram ao ponto onde uma casa desabou em decorrência das explosões provocadas pela mineração. Foi possível também observar as cercas de arame farpado instaladas pela

mineradora para impedir a passagem da comunidade, o que obriga aos moradores a se deslocarem cerca de 4 quilômetros a mais para terem acesso ao comércio e aos serviços públicos locais.

**Foto 3:** Cerca de arame farpado que dificultou o deslocamento da comunidade.



Luiz Santana/ALMG. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/sala\\_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19577&albPos=1](https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=19577&albPos=1). Acesso em: 24 ago. 2022.

Além do desabamento de três casas da Ocupação Terra Nossa em decorrência de tremores provocados pelas explosões deflagradas pela mineradora, os moradores apontaram problemas de saúde causados pela poeira levantada por essas detonações. Denunciaram ainda a pavimentação irregular de uma parte do terreno realizada pela empresa, o que causou alagamentos no último período chuvoso. Por causa disso, relataram que têm sido orientados pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel – a desocuparem a área.

Ainda nesse contexto, as deputadas puderam verificar um maior avanço da Gute Sicht sobre a área tombada pelo Município de Belo Horizonte, o que, de acordo com a comunidade, não tinha ocorrido até poucos dias antes. As parlamentares constataram que a mineração está ocorrendo em um local onde, segundo informações dos moradores, existe um monumento histórico, o Muro dos Escravos, que não teria sido avistado naquele momento em razão de a referida cerca ter impedido a passagem ou por ter sido destruído pela empresa. A deputada Beatriz Cerqueira reafirmou que a mineração iniciou sua atividade no local de forma ilegal, mas, amparada por um TAC concedido pela Semad, adquiriu ares de legalidade, apesar de toda a contestação da prefeitura da Capital.

Finalizada a visita, as deputadas ressaltaram aos presentes que apresentariam alguns requerimentos, nos quais solicitariam providências e informações ao Estado.

### Conclusão

A visita reforçou a compreensão de parlamentares e participantes sobre a relevância cultural e ambiental da Serra do Curral e permitiu uma percepção mais apurada dos impactos negativos que as atividades da Mineradora Gute Sicht vêm causando aos Municípios de Belo Horizonte e Sabará, sobretudo aos moradores das regiões vizinhas ao empreendimento e, em especial, os do Bairro Taquaril.

A paisagem contemplada na visita, em todas as direções, reúne, paradoxalmente, uma grande beleza cênica e um duro impacto da mineração. Assim, apesar do entorno antropizado, a região percorrida é rica em recursos hídricos e apresenta vegetação bastante preservada. Isso ressalta a importância estratégica de que sejam pensados novos parâmetros de ocupação e exploração dos seus potenciais – em que se incluem novas vocações, como o ecoturismo –, e de que sejam definidas áreas de proteção ambiental que



possam assegurar a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade local, bem como proporcionar a fruição, a contemplação e a garantia do direito à paisagem.

**Foto 4:** Vista a partir do limite entre a Mina Boa Vista e a Ocupação Terra Nossa, no Bairro Taquaril.



Fonte: Belo Horizonte, 6 de junho de 2022. (Acervo pessoal).

Em virtude dessas constatações, reconheceu-se a necessidade de se ampliarem ainda mais as discussões sobre a temática da proteção ambiental e cultural da Serra do Curral, inclusive no que se refere a questionar a legalidade do TAC assinado com a mineradora para o funcionamento desse empreendimento.

Assim, esta relatora apresentou os seguintes requerimentos a esta Comissão de Administração Pública:

– Requerimento de Comissão 12.519, de 2022. Requer seja realizada audiência pública para debater a situação da Mineradora Gute Sicht, situada no Bairro Taquaril, no Município de Belo Horizonte, que opera por meio de termo de ajustamento de conduta – TAC – celebrado com a Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana e que impediu a entrada desta comissão para realização de vista técnica em 6/6/22.

– Requerimento de Comissão 13.522, de 2022. A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a atuação de policiais militares que se utilizaram de atitudes intimidatórias e agressivas contra moradores e representantes da comunidade Ocupação Terra Nossa, do Bairro Taquaril, e contra a vereadora de Belo Horizonte Duda Salabert, durante manifestação pacífica desses, ocorrida em frente à sede da Mineração Gute Sicht Ltda., em 24/2/2022. Esclareça-se que a comunidade e a parlamentar foram à empresa apenas para solicitar a abertura de diálogo para que problemas provocados pela mineradora à comunidade pudessem ser mitigados.

– Requerimento de Comissão 13.521, de 2022. A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público Federal – MPF –, em Belo Horizonte, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais – DPF –, em Belo Horizonte, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, pedido de providências para que verifiquem a ocorrência de crime contra o patrimônio ambiental, histórico, arqueológico, etnográfico e paisagístico do alinhamento montanhoso da Serra do Curral, tombada pelo Município de Belo Horizonte em 2003, e contra o patrimônio da União relativamente à

prática dos delitos de mineração ilegal e usurpação de bem da União (a jazida mineral). Requer ainda seja encaminhado aos referidos órgãos o relatório da visita técnica desta Comissão de Administração Pública à Mina Boa Vista, pertencente à Mineração Gute Sicht Ltda., realizada em 6/6/2022.

– Requerimento de Comissão 13.520, de 2022. A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec – pedido de providências para que, antecipando o próximo período chuvoso, avalie o risco para as casas da Ocupação Terra Nossa, no Bairro Taquaril, em Belo Horizonte, da ocorrência de enxurradas em um piso grosseiro de cimento e brita instalado irregularmente pela Mineração Gute Sicht Ltda., em terreno com alto grau de inclinação. Lembre-se que, no período chuvoso de 2021/2022, o referido piso, construído sem qualquer obra complementar de drenagem, causou a aceleração da correnteza formada pela água da chuva, o que provocou a inundação parcial de algumas casas e fragilizou suas estruturas, as quais podem não suportar o próximo período chuvoso e virem a cair, com grande potencial de causarem mortes no local. Requer ainda que a Cedec analise, na mesma comunidade, a regularidade da autorização concedida pela Semad à mineradora, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, para a utilização de explosivos na Mina Boa Vista, situada a apenas 100 metros do núcleo urbano da referida ocupação, onde já ocorreu o desabamento de três casas, alegadamente ocasionado pelas detonações desse tipo de material.

– Requerimento de Comissão 13.519, de 2022. A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que cancele o Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre essa secretaria e a Mineração Gute Sicht Ltda. em 7 de maio de 2021 e renovado em 6 de maio de 2022, que autorizou atividade minerária, inclusive com uso de explosivos, no empreendimento Mina Boa Vista, em área tombada pelo Município de Belo Horizonte e vizinha da Ocupação Terra Nossa, no Bairro Taquaril.

### Recomendações

– à ALMG, demanda-se a votação e aprovação da PEC 67/2021, que pretende acrescentar artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, de forma a dispor sobre o tombamento, para fins de conservação, da Serra do Curral.

– à Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana – Supram CM, requer-se a anulação do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – celebrado com a Mineradora Gute Sicht Ltda.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, relatora

<sup>1</sup> <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=916017> Acesso em: 27 jun. 2022

<sup>2</sup> <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/ACAO%20PGM.pdf> Acesso em: 27 jun. 2022

<sup>3</sup> Deliberação Normativa Copam nº 217, de 6/12/2022, que estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais para serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Acesso em: 23 Ago. 2022

<sup>4</sup> LAC2-LOC: Licença Ambiental Concomitante 2 – Licença Operação Corretiva. Deliberação Normativa Copam nº 217, de 6/12/2017. “Art. 8º, § 1º, inciso II – análise, em uma única fase, das etapas de LP e LI do empreendimento, com análise posterior da LO; ou, análise da LP com posterior análise concomitante das etapas de LI e LO do empreendimento, denominada LAC2.” Acesso em: 23 ago. 2022

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 6/12/2022, a seguinte comunicação:

Do deputado Gustavo Santana em que notifica o falecimento de Pedro Emílio de Almeida Peixoto, ocorrido em 31/10/2022, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais civis da 4ª Delegacia de Polícia Civil/Noroeste por terem participado ativamente das investigações da operação Hidra de Lerna Parte III, que culminou no cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão referentes ao crime de tráfico de drogas, com a condução de 4 mulheres, sendo 2 menores de idade, e 3 homens e a apreensão de drogas, balanças de precisão, grande quantidade de microtubos vazios, um aparelho celular e um veículo (Requerimento nº 12.070/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis da 4ª Delegacia de Polícia Civil/Noroeste por terem participado ativamente das investigações da operação de combate à receptação de fios de cobre, que culminou no cumprimento de um mandado de busca e apreensão, no Bairro Bonfim, na região Noroeste de Belo Horizonte, durante o qual foram apreendidos cerca de 400kg de fios de cobre, e um homem foi autuado em flagrante por receptação (Requerimento nº 12.071/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Cb. BM Vinícius Paiva por salvar uma idosa de um incêndio em São João del-Rei, em seu dia de folga do batalhão, em 2 de novembro de 2021 (Requerimento nº 12.072/2022, do deputado Sargento Rodrigues).

**FISCALIZA MAIS****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****FISCALIZA MAIS 2022****RELATÓRIO FINAL**

**(art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 2022)**

O Fiscaliza Mais é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito comissões permanentes da Casa por meio de seus instrumentos ordinários.



**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Tema Escolhido:** Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar**Deputado Heli Grilo, relator****Belo Horizonte – Ano 2022****FISCALIZA MAIS 2022****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório Final<sup>1</sup>****Tema:** Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar.**Objetivo geral:**

Acompanhar as ações de governo relativas às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, inclusive por meio da execução físico-financeira das ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – que tenham esse segmento como público-alvo.

**Objetivos específicos:**

I – Acompanhar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural nas diversas regiões do Estado, em especial as ações de apoio à realização de compras diretas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – e o desenvolvimento do Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar de Minas Gerais – Cooperaf;

II – Acompanhar as ações de regularização de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de produção agroartesanal, bem como as dificuldades e os entraves vividos por agricultores familiares nesse processo;

III – Acompanhar a execução do Programa Federal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – no Estado;

IV – Acompanhar a execução do PAA Familiar (estadual);

V – Acompanhar o cumprimento das metas de regularização fundiária rural.

**I – Contextualização do tema**

A agropecuária mineira é vasta e diversificada, resultado dos diferentes solos, relevo, distribuição de chuvas e formações vegetais, bem como da história da ocupação do território do Estado e da formação de sua população.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 441.829 estabelecimentos agropecuários seriam classificados como de agricultura familiar – AF – em Minas Gerais, o que representa 72,7% do total no Estado. Essa participação coloca Minas na segunda posição em número de estabelecimentos desse segmento no cenário nacional. No entanto, a área ocupada por essa maioria de agricultores familiares equivale a apenas 26,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários de Minas Gerais. Em termos de valor da produção, a agricultura familiar contribui com 25% do valor gerado pela agropecuária no Estado, o que demonstra equivalência de valor da produção por área com a agricultura empresarial.

A importância da agricultura familiar se faz sentir não apenas na produção de alimentos para a mesa da população mineira, mas também nas cadeias produtivas do agronegócio como a do café e a do leite, nas quais Minas se destaca no *ranking* nacional.

Registre-se que entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017 foi registrada queda de 8,3 % na proporção de estabelecimentos rurais de agricultores familiares em Minas Gerais e de 8,9 % no Brasil. Tais números se relacionam com aspectos econômicos e normativos – como a busca de renda fora do estabelecimento agropecuário e a alteração de critério de elegibilidade – e

também com fenômenos sociais – como a dificuldade na sucessão do comando das atividades rurais em cada estabelecimento agropecuário –, o que demonstra desinteresse ou falta de oportunidade para jovens rurais no campo. Em resumo, a indicação é clara: a agricultura familiar, como maior segmento da agropecuária mineira, exige do Estado e de seus Poderes atenção especial na proposição e na execução de políticas públicas.

Esta comissão, por meio da escolha do “acompanhamento das ações de governo relativas às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar” para esse primeiro ciclo da Fiscaliza Mais, reconhece as necessidades do Estado e contribui para o debate sobre a agropecuária mineira.

## II – Síntese dos trabalhos

Após a aprovação do tema e do planejamento de atividades, foi realizada visita técnica à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, para apresentação do plano de trabalho da comissão no Fiscaliza Mais, pactuação de prazos e relatórios de acompanhamento orçamentário e encaminhamento de possíveis requerimentos.

Conforme proposto, a atividade proporcionou a aproximação e a identificação de temas e a necessidade de atuação entre as entidades presentes, contribuindo para melhor diálogo entre os poderes e ajustamento de objetivos.

Entre outros assuntos e anúncios, foram discutidos os seguintes temas e ações relacionados às políticas para a agricultura familiar:

- previsão de lançamento do programa Queijo Minas Legal, com meta de inclusão formal de 650 produtores de queijos artesanais por meio de registro sanitário no IMA e apoio na obtenção de financiamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG;

- disponibilização de recursos pelo BDMG para o financiamento da regularização sanitária da agroindústria familiar, operacionalizado por meio de cooperativas de crédito e acessível a produtores rurais pessoa física;

- bom desempenho do Executivo em 2022 na execução orçamentária da Seapa e efetivação das emendas populares oriundas da Comissão de Participação Popular a partir do processo de discussão participativa do PPAG realizado em 2021;

- necessidade de ajustes de exigências ambientais que têm dificultado a instalação efetiva de lotes das etapas 2 e 3 do Projeto Jaíba;

- superação de metas de entrega de títulos de propriedades rurais e avanços no processo de operacionalização da política fundiária rural.

Dados da visita e matérias jornalísticas disponíveis em:

[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/comissoes/internaVisita.html?idCom=1075&dia=23&mes=06&ano=2022&hr=10:00&aba=js\\_tabResultado](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaVisita.html?idCom=1075&dia=23&mes=06&ano=2022&hr=10:00&aba=js_tabResultado)

A despeito das dificuldades circunstanciais para a execução das demais atividades previstas no plano, verificou-se ganho institucional.

## III – Análise de dados e informações relativos ao tema

a) Percentual de execução financeira e de metas físicas das ações previstas no PPAG 2020-2023 para o exercício 2022

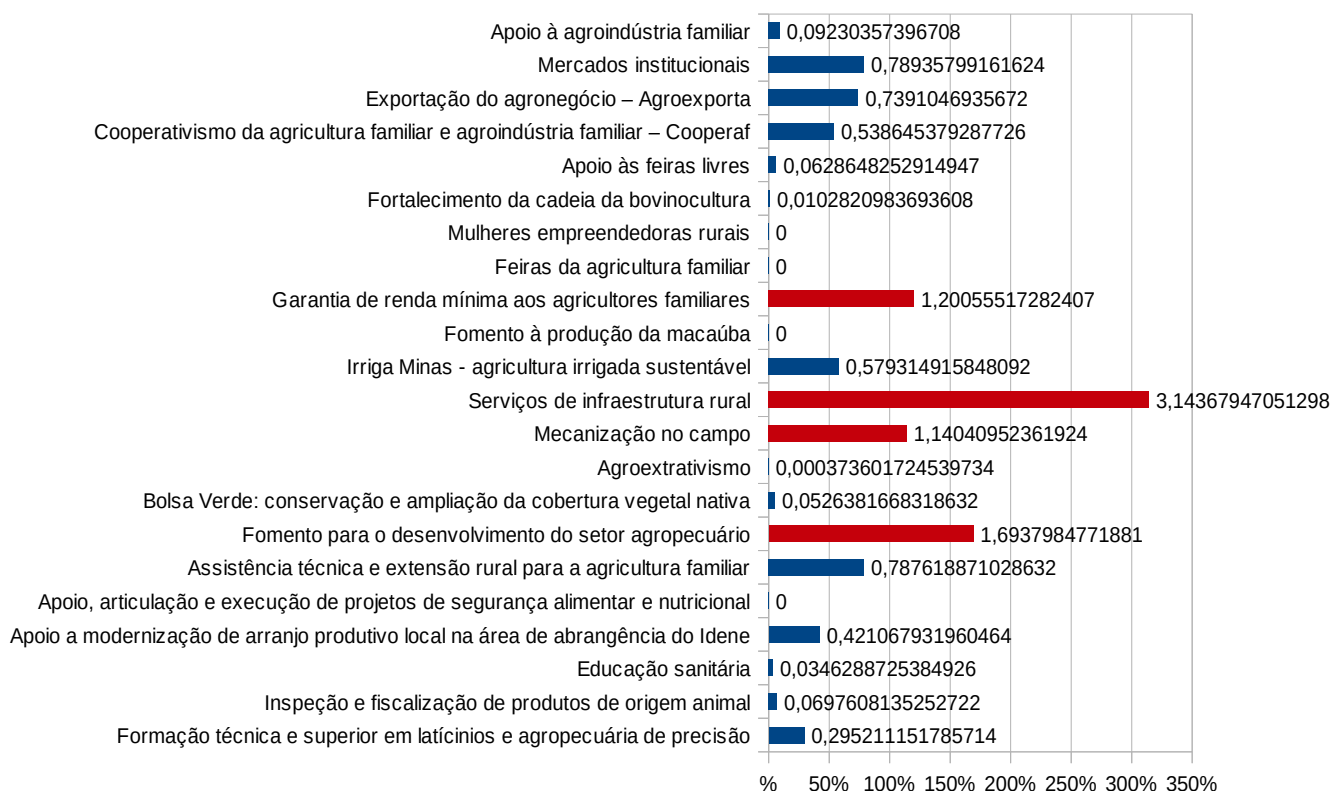
A execução das ações cujo público-alvo contempla os agricultores familiares no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – durante o ano de 2022 foi um dos indicadores selecionados para o acompanhamento das políticas voltadas para a agricultura familiar.

Tal escolha se baseia na importância dessas políticas diante do contingente de agricultores familiares, já descrito neste relatório, sua significação econômica e da segurança alimentar da população do Estado.

Até outubro de 2022, 305,6 milhões dos 467,1 milhões previstos no PPAG para o exercício corrente foram executados e equivalem a 65% do planejado. Apesar do bom índice médio, 11 das 22 ações identificadas apresentam execução abaixo de 10%. O gráfico a seguir traz os percentuais de execução orçamentária de cada ação.

### Ações do PPAG com público alvo "Agricultores Familiares"

#### Execução orçamentária - Financeiro - OUT/2022



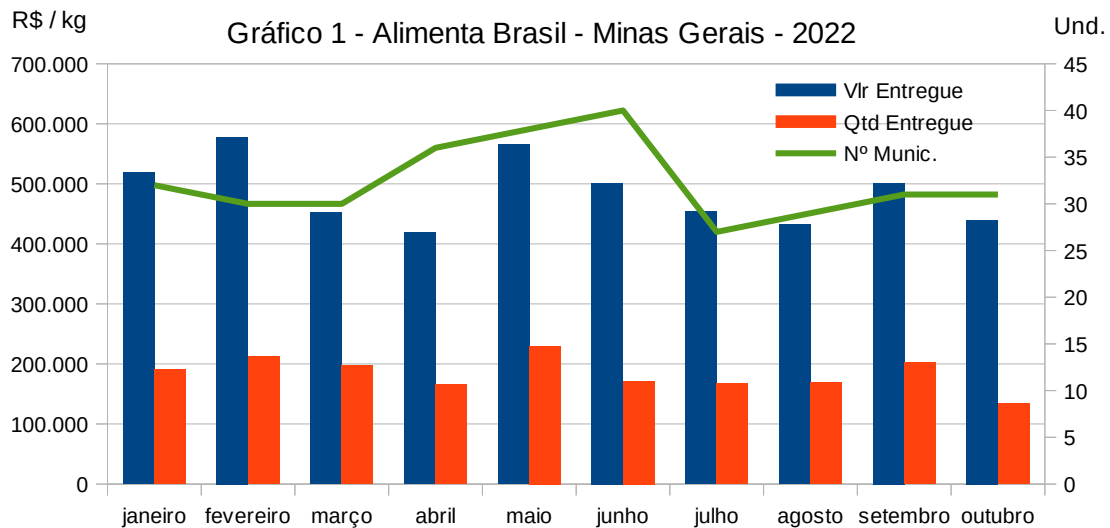
Com a execução acima da média destacam-se quatro ações, a saber:

- Fomento para o desenvolvimento do setor agropecuário, focada em disponibilização de equipamentos e insumos – 169,4%;
- Mecanização no campo, relativa à disponibilização de máquinas/equipamentos agrícolas aos municípios, com o fim de facilitar o acesso dos pequenos e médios produtores rurais à mecanização agrícola – 114,0%;
- Serviços de infraestrutura rural, que têm como objeto serviços de engenharia, logística e infraestrutura nas áreas de saneamento rural, obras hidroagrícolas, readequação de estradas vicinais, entre outros – 314,4%;
- Garantia de renda mínima aos agricultores familiares, com o objetivo de distribuir recursos financeiros para famílias com poucas condições de auferir renda e em situação de insegurança alimentar – 120,1%

Vale ressaltar que três ações criadas por emendas – duas de origem popular (Feiras da agricultura familiar e Mulheres empreendedoras rurais) e uma de origem parlamentar – chegam ao mês corrente sem qualquer execução.

b) Entregas do PAA em quantidade mensal e em valor pago por mês em Minas Gerais

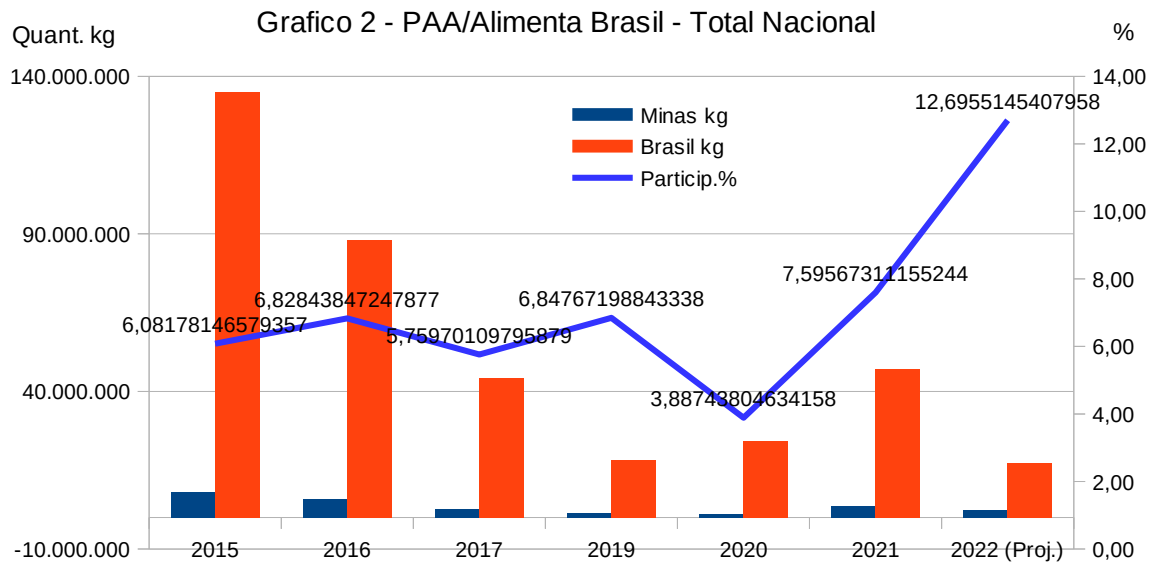
O atual programa de aquisição direta de alimentos da agricultura familiar – PAA – no presente mandato do Executivo federal, denominado Alimenta Brasil – PAB –, em paralelo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE –, são os principais esteios do mercado institucional direcionado à agricultura familiar no País. De caráter federativo, o PAB pode ser executado diretamente pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – ou por meio das administrações estaduais ou municipais. Em Minas Gerais, o Executivo tem a prerrogativa de gestor e atua por meio de repasses federais. A principal modalidade no Estado é compra com doação simultânea a entidades filantrópicas, o que se torna importante instrumento de garantia da segurança alimentar e nutricional para vulneráveis atendidos por essas entidades.



Ao longo do ano, até outubro, o PAB operou no Estado com flutuações sazonais, mas com manutenção de variação normal nas quantidades compradas e valores aplicados, como se pode observar no Gráfico 1, acima.

Em termos históricos, considerando que a mudança do nome não implicou alterações significativas no seu modo de operação, pode-se observar, conforme o Gráfico 2, a seguir, variação considerável no patamar de alocação de recursos federais no programa. Nos últimos quatro anos, merece destaque o esforço realizado em 2021, como forma de atendimento emergencial prestado na circunstância da pandemia de Covid 19.

Nesse cenário plurianual, observa-se melhoria de participação de Minas Gerais no volume de compras totais anuais no País, indicando continuidade das operações mesmo diante de eventuais variações negativas de disponibilidade de recursos federais.



**IV – Conclusão**

Em função de dificuldades de agenda, a comissão deixou de realizar as audiências previstas. Entretanto, a diversidade de temas debatidos durante a visita realizada à Seapa e suas vinculadas, em 23/6/2022, permeou todas temáticas relacionadas nos objetivos.

Pela relevância da agricultura familiar no Estado, o tema deve ser continuamente, ao longo dos próximos anos, indicação possível de permanência para acompanhamento por meio do Fiscaliza Mais.

**V – Anexos**

Requerimentos	
RQN 11930/2022 <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11930/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11930/2022</a>	Ementa: Requerem seja realizada audiência pública para acompanhar e discutir a regularização fundiária rural no Estado, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11929/2022 <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11929/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11929/2022</a>	Requerem seja realizada audiência pública para debater a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – (federal) no Estado e a execução do PAA Familiar (estadual), ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11928/2022 <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11928/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11928/2022</a>	Requerem seja realizada audiência pública para debater as ações de regularização de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de produção agroartesanal, bem como as dificuldades e os entraves vividos por agricultores familiares nesse processo, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11927/2022 <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11927/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11927/2022</a>	Requerem seja realizada audiência pública para debater a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural nas diversas regiões do Estado e apresentação dos principais projetos regionais em curso, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11926/2022 <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11926/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11926/2022</a>	Requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, para apresentação do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria no Fiscaliza Mais e definição de prazos para encaminhamento de relatórios de acompanhamento orçamentário, com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.

Relatórios de visitas técnicas	
RQN 11.926/2022 <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11926/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11926/2022</a>	Ementa: Requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, para apresentação do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria no Fiscaliza Mais e definição de prazos para encaminhamento de relatórios de acompanhamento orçamentário, com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim. Relatório da visita em anexo.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Delegado Heli Grilo, relator.

<sup>1</sup> Este relatório e as demais atividades desenvolvidas no âmbito do Fiscaliza Mais estão disponíveis em <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/fiscalizacao/fiscaliza-mais/>, na seção criada para cada comissão.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Agropecuária e Agroindústria

**Finalidade:** Apresentar à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – o plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria no âmbito do Fiscaliza Mais e definir os prazos para encaminhamento de relatórios de acompanhamento orçamentário, com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar, na edição 2022 do Assembleia Fiscaliza Mais, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.

**Local Visitado:** Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – Rodovia Papa João Paulo II, 4.001, Bairro Serra Verde/Belo Horizonte-MG Edifício Gerais – 10º andar – sala 6.

### Apresentação

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, a requerimento dos deputados Delegado Heli Grilo, Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, realizou, em 23/6/2022, visita à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – com o objetivo apresentar ao secretário e sua equipe o plano de trabalho do Fiscaliza Mais, iniciativa da Assembleia em que suas comissões acompanham, de forma intensiva, determinados temas de políticas públicas. No caso da Comissão de Agropecuária, o assunto enfocado são as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Participaram o deputado Heli Grilo; o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Thales Fernandes; o diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, Antônio Carlos de Moraes; o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Otávio Maia; o diretor técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Trazilbo José de Paula Júnior; o subsecretário de Política e Economia Agropecuária, João Ricardo Albanex; o subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ricardo Peres Demicheli; o subsecretário de Assuntos Fundiários, José Ricardo Ramos Roseno; o diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Gelson Soares Lemos; e a diretora técnica do Instituto Mineiro de Agropecuária, Cristiane Almeida Santos.

### Relato

#### Antecedentes

O Fiscaliza Mais é uma estratégia de acompanhamento intensivo das políticas públicas estaduais empreendida pelo Parlamento mineiro que visa obter um quadro mais detalhado da prestação de serviços públicos oferecidos pelo Estado. A cada edição



são escolhidos temas específicos de políticas públicas para esse monitoramento, que é feito por meio das comissões permanentes da Casa, com exceção das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação. Esse acompanhamento será realizado de forma articulada com as atividades rotineiras das comissões e com o Assembleia Fiscaliza.

Na Comissão de Agropecuária e Agroindústria, o Assembleia Fiscaliza Mais do ano de 2022 tem como objetivo geral acompanhar as ações de governo relativas às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, inclusive por meio da execução físico-financeira das ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – que tenham esse segmento como público-alvo. Como objetivos específicos foram eleitos os seguintes pontos:

I – Este relatório e as demais atividades desenvolvidas no âmbito do Fiscaliza Mais estão disponíveis em <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/fiscalizacao/fiscaliza-mais/>, na seção criada para cada comissão.. Acompanhar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural nas diversas regiões do Estado, em especial as ações de apoio à realização de compras diretas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – e o desenvolvimento do Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e da Agroindústria Familiar de Minas Gerais – Cooperaf;

II – Acompanhar as ações de regularização de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de produção agroartesanal, bem como as dificuldades e os entraves vividos por agricultores familiares nesse processo;

III – Acompanhar a execução do Programa Federal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – no Estado;

IV – Acompanhar a execução do PAA Familiar (estadual);

V – Acompanhar o cumprimento das metas de regularização fundiária rural.

Como indicadores das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foram selecionados os seguintes:

– Percentual de execução físico-financeira das ações previstas no PPAG 2020–2023 para o exercício 2022, nas quais a Agricultura Familiar seja identificada como público-alvo;

– Entregas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – (federal) em quantidade mensal em Minas Gerais;

– Entregas do PAA em valor pago por mês em Minas Gerais.

#### **Relato da visita**

Os trabalhos tiveram início às 13 horas com uma breve exposição do deputado Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, sobre a participação do pequeno produtor do Estado na economia e os problemas enfrentados por eles. Ressaltou que Minas Gerais produz cerca de 27% do leite do Brasil e que o pequeno produtor é responsável por 15% desse total. Em suas palavras, “nesse setor, quem mais sofre são os pequenos produtores de leite que precisam esperar para saber quem vai comprar o produto e que preço vai pagar por ele”. Além disso, salientou que o Estado conta com 28 a 30 mil queijarias artesanais que, além de representarem uma tradição, geram emprego e renda.

O parlamentar ressaltou ainda que as questões ambientais não devem atrapalhar o desenvolvimento dessas atividades e que é preciso encontrar um caminho dentro da legalidade para equacionar os problemas no setor. Em sua visão, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – precisa ter mais força e capacidade de contribuir para que a agricultura familiar cresça em Minas Gerais.

O secretário Thales Fernandes apresentou dados de pesquisa da Fundação João Pinheiro segundo os quais, entre 2020 e 2021, o agronegócio em Minas Gerais cresceu 18,5%; e que 30% desse incremento se deve à agricultura familiar. Ele afirmou que as dificuldades dos pequenos produtores de leite estão no radar da pasta e que é fundamental a atenção a essas questões, até pelo risco de a atividade nesse segmento se extinguir diante dos problemas enfrentados e da chegada de novas tecnologias.

O gestor enfatizou algumas iniciativas que estão sendo tomadas para incrementar a agricultura familiar, como, por exemplo, a ação Queijo Minas Legal, parceria da Seapa com o Ministério Público de Defesa do Consumidor para investimento de R\$2,8 milhões na produção de queijo artesanal do Estado e, com isso, apoiar a regularização de 650 produtores, hoje na informalidade. Os recursos servirão para a compra de veículos, assistência técnica e análises microbiológicas dos queijos em 150 municípios mineiros.

Outra ação ressaltada pelo secretário foi uma parceria planejada com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – para oferecer linha de crédito a pequenos produtores de leite e detentores de agroindústria familiar, como queijarias e cachaçarias. De acordo com ele, com “o cartão de produtor rural, o interessado poderá ter acesso a crédito de até R\$250 mil, com juros mais acessíveis”.

Oportunamente, foi discutida a possibilidade de acompanhamento das reuniões com BDMG pela comissão da ALMG.

Sobre o financiamento da política de defesa agropecuária no Estado, o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – reportou a arrecadação de R\$68 milhões em 2022, mas reforçou a perspectiva de liberação de algo em torno de R\$12 milhões a R\$14 milhões no ano. O órgão destacou que reivindica a liberação de 100% dos recursos diretamente arrecadados para aplicar na defesa agropecuária, conforme determina a Lei das Autarquias.

Foi demandado ao presidente da comissão que atuasse politicamente para a adesão do setor de carnes, principalmente frigoríficos, ao Fundo de Emergência Sanitária, de gestão privada, com recursos derivados de mecanismo de isenção da taxa de expediente do IMA relativa a essa atribuição.

A autarquia informou que será apresentada proposta para adequação da lei de sanidade animal do Estado, de forma a exigir atualização anual de estoque de animais pelos criadores. Acrescentou que a medida visa suprir a dispensa de atualização desse estoque por ocasião da vacinação contra febre aftosa de ruminantes, que deixará de ser obrigatória em 2023, quando o Estado passar ao *status* de “área livre de febre aftosa sem vacinação”.

O IMA solicitou apoio da comissão perante a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – quanto à demanda de recomposição de seus quadros técnicos por meio de concurso público, sem o qual não será possível ao Estado assumir a inspeção de frigoríficos hoje sob inspeção sanitária federal. Esclareceu que, tendo em vista a atuação do IMA como órgão de saúde pública, a Advocacia-Geral do Estado – AGE – emitiu parecer técnico no qual informa que a autarquia não está submetida às limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal aos demais órgãos, razão pela qual é possível a nomeação de novos fiscais agropecuários.

Por fim, o IMA deu detalhes sobre a publicação do Decreto federal nº 11.099, de 2022, que regulamenta o Selo Arte e cria o Selo Queijo Artesanal. Esclareceu que o regulamento ampliou para além dos estados e do Distrito Federal a competência para a concessão dos dois certificados, que poderão ser entregues também pela União e pelos municípios, desde que seus órgãos ou entidades de agropecuária componham o E-Sisbi.

Por sua vez, o subsecretário João Ricardo Albanez salientou que o Fundo de Desenvolvimento Rural – Funderur –, criado pela Lei nº 11.744, de 1995, passa por reformulação para que os recursos que o compõem possam ser utilizados para transferência de renda para afetados por situações emergenciais, como eventos climáticos (secas e geadas).

Já a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável pontuou o bom desempenho do órgão na execução orçamentária em 2022 (média acima de 60%), bem como a efetivação das emendas populares aprovadas pela Comissão de Participação Popular e oriundas do processo de discussão participativa do PPAG. Porém, lembrou que limitações ambientais, em especial as restrições à supressão de espécies protegidas, como o Ipê Amarelo e o Pequi, estão impedindo a instalação efetiva de lotes das etapas 2 e 3 do Projeto Jaíba.

A subsecretaria informou ao presidente da comissão que, em breve, será encaminhado projeto de lei à ALMG para instituir a política de agricultura irrigada sustentável. Pediu, ainda, apoio político para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.601/2016, que dispõe sobre as terras devolutas estaduais e que versarão sobre regras para regularização fundiária.

A Subsecretaria de Assuntos Fundiários citou estudo já elaborado sobre o referido Projeto de Lei nº 3.601/2016, mas observou que as sugestões não chegaram a ser enviadas para a ALMG, estando retidas na Secretaria de Estado de Governo – Segov – para avaliação. Mencionou também que superou as metas de entrega de títulos de propriedades rurais em áreas de terra devoluta arrecadada pelo Estado e avançou no processo de operacionalização da política fundiária rural.

Por seu turno, o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais enfatizou a parceria firmada com a Secretaria de Estado de Educação – SEE – para fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – por meio da aquisição direta de alimentos da agricultura familiar. Dessa forma, pretende-se que cerca de 15 mil produtores rurais sejam assistidos para que possam fornecer alimentos para a merenda escolar, em consonância com a Lei federal nº 11.947, de 2009. Segundo essa norma, no mínimo 30% do valor repassado a estados e municípios para o Pnae deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Foi sugerido à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater – que exponha as ações orçamentárias com abertura dos subprojetos de forma a ampliar a transparência da execução do orçamento. Entretanto, a empresa se ressentiu de limitação de recursos humanos e demanda por autorização do governo do Estado para contratação de mão de obra temporária para executar projetos que tenham tempo definido.

A Emater fez, também referência a estudos que avaliam a majoração de 1% pra 4,35% do índice de distribuição da parcela de recursos do ICMS dos municípios no critério Produção de Alimentos, no âmbito da Lei do ICMS Solidário. A proposta se baseia na observação de que os demais estados da União adotam, na média, índice equivalente.

Ao fim da reunião, a Epamig solicitou apoio da comissão à sua demanda para aprovação de novo concurso público para pesquisadores e à tramitação do PL nº 867, de 2019 e da PEC nº 4, de 2019, que interferem na distribuição de recursos constitucionais para desenvolvimento e pesquisa científica no orçamento anual, com o fito de garantir financiamento público às atividades da empresa.

### **Conclusão**

A visita cumpriu seu objetivo e até mesmo surpreendeu a comissão, ao proporcionar interação positiva e produtiva da Comissão de Agropecuária e Agroindústria com praticamente toda estrutura orgânica e de gestão da Seapa. O deputado Heli Grilo teve a oportunidade de expor o plano de trabalho do Assembleia Fiscaliza Mais do ano de 2022, diante do qual obteve do secretário compromisso de total cooperação com as metas sugeridas.

Na oportunidade, os diversos órgãos e entidades vinculadas da Seapa puderam expor suas principais atividades e apresentar demandas relacionadas às políticas públicas em que atuam e que carecem de apoio político no campo da produção legislativa, da ação fiscalizatória ou de representação da ALMG e, em especial, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****FISCALIZA MAIS 2022****RELATÓRIO FINAL****(art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 2022)**

O Fiscaliza Mais é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito comissões permanentes da Casa por meio de seus instrumentos ordinários.

**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

**Tema:** Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, as mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams

**Ana Paula Siqueira, relatora****Belo Horizonte – 2022****FISCALIZA MAIS 2022****COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER****RELATÓRIO FINAL<sup>1</sup>**

**Tema:** Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, as mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams.

**Objetivos**

Objetivo geral: conhecer o atendimento e o trabalho realizados pelas equipes multidisciplinares no âmbito das Deams no Estado.

Objetivos específicos: colher esclarecimentos sobre:

– as ações implementadas com vistas à humanização dos atendimentos nas Deams; quais unidades possuem atendimento psicossocial em sua estrutura interna; quais unidades contam com equipes multidisciplinares, inclusive o quantitativo desses profissionais por Deam, as respectivas formações ou especialidades, quantos têm atuação exclusiva, as cargas horárias diárias cumpridas e os vínculos funcionais (se servidores, empregados públicos, contratados, cedidos ou requisitados, por exemplo); o número de atendimentos psicossociais realizados mensalmente em cada unidade;

– as condições para a execução do trabalho psicossocial, os resultados alcançados, as demandas e as perspectivas dos profissionais envolvidos;

– a metodologia aplicada pela Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para a classificação das Deams no Estado, os objetivos iniciais do projeto, os resultados alcançados em 2021, o trabalho realizado no ano de 2022, o eventual planejamento no que

se refere à consecução de melhorias nas Deams, a existência de estudos para a incorporação ou o fortalecimento dos atendimentos psicossociais nas unidades, os recursos previstos.

### I – Contextualização do tema

As várias formas de violência de gênero, em perceptível acirramento, e suas danosas implicações na vida das mulheres expõem um grave fenômeno social, cujo enfrentamento exige a atuação permanente e inflexível por parte dos órgãos e instituições do poder público.

De acordo com os dados compilados pelo último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2022, praticamente todos os indicadores relativos à violência contra mulheres apresentaram crescimento no Brasil no último ano: houve um aumento de 3,3% na taxa de registros de ameaça e crescimento 0,6% na taxa de lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica entre 2020 e 2021. Os registros de crimes de assédio sexual e importunação sexual cresceram 6,6% e 17,8%, respectivamente. No que se refere à violência letal contra mulheres, verificou-se que, nos últimos dois anos, 2.695 mulheres foram mortas pela condição de serem mulheres – 1.354 em 2020 e 1.341 em 2021.<sup>2</sup> Outra publicação, mais específica, intitulada Violência contra Mulheres em 2021, também explicitou em números o cenário no País: no ano de 2021, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada sete horas; e uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando-se apenas os casos que chegaram até as autoridades policiais.<sup>3</sup>

Olhando para Minas Gerais, o contexto é igualmente – ou mais – grave. Também segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2022, nosso Estado registrou 154 feminicídios no ano de 2021, quantitativo que nos colocou como primeiro no *ranking* do País em números absolutos de feminicídios, retratando a taxa de 1,4%, superior à média nacional para o ano, que foi de 1,2%.<sup>4</sup> Em relação ao ano de 2022, os dados de violência doméstica e familiar contra a mulher, publicados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública a partir das estatísticas produzidas pela PCMG, apontaram que 114.743 mulheres foram vítimas de violência no Estado, isso de janeiro a outubro de 2022, ou seja, mais de 11.400 mulheres a cada mês. No mesmo período, 10 meses, foram registrados em Minas Gerais 297 feminicídios, entre consumados (135 vítimas) e tentados (162 vítimas).<sup>5</sup>

Essa conjuntura devastadora tem exigido que a pauta de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher integre, de maneira impreterível, a agenda da Assembleia de Minas, ainda mais fortemente no decurso da última década e muito em razão da organização de movimentos sociais e feministas no ambiente do Legislativo. Vale mencionar que essa temática não somente permeou reiterados eventos e debates nesta Casa, mas contribuiu – podemos considerar – para a criação de comissões parlamentares temporárias, a exemplo da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, no ano de 2012, além de duas Comissões Extraordinárias das Mulheres, a primeira que funcionou de 2015 a 2016, e a segunda de 2017 a 2018. Finalmente, a partir da atual 19ª Legislatura, esta Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher foi implantada em caráter permanente, passando a deter, bem assim, a competência de manifestar-se sobre o combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio, entre outras matérias específicas (inciso XXII do art. 102 do Regimento Interno).

Ao rememorarmos os trabalhos desta comissão e das temporárias que a precederam, verificamos que sugestões em torno da estruturação e do fortalecimento das Deams foram reiteradamente apresentadas, demandas essas que incluíam, entre outras, a ampliação do número de unidades e a efetiva capilaridade do atendimento em todas as regiões do Estado, bem como a destinação de espaços, equipamentos e equipes de profissionais adequados e suficientes – reivindicações que ainda persistem, após pelo menos uma década da observação mais atenta por parte deste Parlamento acerca dessas delegacias especializadas.

Pois bem. Para além das reflexões e constatações alcançadas até o momento, esta comissão – reiterando seu entendimento quanto à relevância das Deams no campo das políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher – definiu como tema para acompanhamento durante o Fiscaliza Mais no ano de 2022 o atendimento realizado por esses equipamentos. O foco da análise, no entanto, volta-se para os recursos humanos disponibilizados nas Deams e mira na avaliação de uma particularidade, a



nosso ver, essencial para a excelência do desempenho dessas delegacias especializadas: a configuração do acolhimento às mulheres em situação de violência, seja por policiais (preferencialmente femininas) qualificados(as) e especialmente designados(as) para essa função, seja por analistas habilitados de áreas de conhecimento como serviço social e psicologia – que podem compor as chamadas equipes multidisciplinares –, e a relação dessa configuração com a efetividade ou resolutividade dos atendimentos.

Cumpramos retomarmos o conteúdo da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, editada no ano de 2006 e com revisão em 2010,<sup>6</sup> à época, uma iniciativa conjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. O escopo dessa normativa era apontar diretrizes para a atuação das Deams, de maneira a melhor ajustá-las a preceitos até então estabelecidos em tratados e convenções internacionais e dos quais o Brasil é signatário (a exemplo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw – e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará), bem como às disposições trazidas pela Lei Federal nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha.

Ao dispor sobre as diretrizes e atribuições das Deams, a nota técnica referencia “o papel da polícia não apenas como órgão repressor, mas educador e aberto à audição do público usuário” e destaca quatro aspectos a serem considerados pela PCMG em sua atuação, e principalmente nas atividades das Deams: a Profissionalização, a Prevenção, a Educação e a Cidadania e a Investigação. Chama-nos a atenção a definição trazida pela nota técnica em relação ao foco na Educação e Cidadania, concepção entendida como “a vocação social que recomenda franca abertura para os influxos da realidade social, especialmente pela correta audição do público usuário, o que é premissa para a superação do papel meramente reativo da atividade investigativa, uma vez que é ali, na realidade do conflito sobre o qual cotidianamente se projeta, o efetivo lugar de produção de um direito penal que rompa com os estigmas contra os segmentos sociais hipossuficientes”.

De fato, desde sua criação nos idos da década de 1980, as Deams apresentam-se como relevante, senão a principal, porta de entrada para casos de violência contra a mulher, sendo amplamente percebidas, reconhecidas e procuradas como um espaço de referência para a busca de orientação e proteção, a garantia de direitos e o acesso à justiça. Assim, da própria natureza desses serviços decorre uma missão abrangente e o papel que deve relacionar-se verdadeiramente – nos termos antes mencionados – com a prevenção à violência de gênero, a educação e a cidadania. A peculiaridade dessas delegacias especializadas requer, em contrapartida, o desenvolvimento de um fluxo particular de acolhimento, que privilegie a escuta atenta da vítima. E esse atendimento acurado, para além de revestir-se em medida importante no plano da investigação criminal, pode resultar, de maneira determinante, em reais contribuições para o rompimento dos ciclos de violência doméstica e familiar.

Com essa perspectiva, cumpre-nos também acompanhar a iniciativa recentemente implementada pela PCMG, referente à criação e aplicação de metodologia de Classificação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Estado, sobretudo no que se refere a aspectos relacionados à humanização e ao aprimoramento do atendimento psicossocial nessas unidades. A metodologia ampara-se nas Resoluções nºs 8.178, de 21/7/2021 (que institui a Comissão de Classificação); 8.203, de 28/12/2021 (que institui o Método de Classificação); e 8.204, de 28/12/2021 (que dispõe sobre a Classificação das Deams), todas exaradas pela Chefia da PCMG.

## II – Síntese dos trabalhos

Na data de 16/3/2022, esta comissão aprovou um plano para o acompanhamento do tema no decorrer do ano de 2022, tendo sido definidas, para tanto, a apresentação de requerimento com pedido de informações à PCMG, além da realização de duas reuniões com a presença de convidados.

Desse modo, em resposta ao Requerimento nº 10.730/2022, contendo pedido de informações, foi encaminhado o ofício PCMG/GAB-SEC nº 1.966/2022<sup>7</sup>, datado de 27/5/2022, por meio do qual o chefe da PCMG registrou a existência de 69 Deams no

Estado. Duas sediadas na capital: a Deam Belo Horizonte/Casa da Mulher Mineira – CMM – e a Delegacia de Plantão Especializada em Atendimento à Mulher – Depam, ambas no âmbito da Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância – Demid –, componente, por sua vez, do Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família – Defam. As demais 67 localizam-se no interior, no âmbito das Delegacias Regionais de Polícia Civil – DRPCs. Foi esclarecido que as duas unidades vinculadas ao Demid realizam atendimentos psicossociais, existindo para tanto equipes multidisciplinares. No interior, foram citadas 25 unidades, das quais 21 disponibilizavam algum tipo de atendimento psicossocial e 4 se encontravam, na data da resposta, em processo de tratativas para implementação do atendimento (Januária, Janaúba, João Monlevade e Sete Lagoas).

Assim, foi apresentado pela PCMG o seguinte cenário, quanto à oferta de atendimentos psicossociais no Estado, por Departamento de Polícia Civil – DEPPC:

DEPPC	Deams com atendimento psicossocial
Defam/Demid Belo Horizonte	Deam/CMM e Depam
2º DEPPC Contagem	Contagem, Betim e Ibirité
4º DEPPC Juiz de Fora	Juiz de Fora, Ubá e Muriaé
5º DEPPC Uberaba	Uberaba e Araxá
6º DEPPC Lavras	Lavras e Três Corações
7º DEPPC Divinópolis	Divinópolis, Nova Serrana e Pará de Minas
9º DEPPC Uberlândia	Uberlândia e Araguari
10º DEPPC Patos de Minas	Patos de Minas
11º DEPPC Montes Claros	Montes Claros, <i>Januária*</i> e <i>Janaúba*</i>
12º DEPPC Ipatinga	Ipatinga, Itabira, Manhuaçu e <i>João Monlevade*</i>
18º DEPPC Poços de Caldas	Passos
19º DEPPC Sete Lagoas	Sete Lagoas*

\*Em tratativas para implementação do atendimento.

Das unidades acima indicadas, a Deam/CMM, a Depam (ambas em Belo Horizonte) e a Deam de Contagem possuem servidores públicos efetivos da PCMG exercendo as funções inerentes ao atendimento psicossocial das vítimas. Foi informado, quanto aos equipamentos da capital, a existência de 14 servidores com atuação exclusiva, carga horária de 40 horas semanais, com formações em psicologia (8 servidoras), sociologia (1 servidora), direito (3 servidores), nutrição (1 servidora), terapia ocupacional (1 servidor). Já na Deam de Contagem, o atendimento é realizado por dois servidores, também com atuação exclusiva e jornada de 8 horas por dia, com formações em serviço social e psicologia.

Além disso, foram acrescentadas outras informações, entre elas, que a distribuição de Deams atende a todas as Áreas de Coordenação Integradas de Segurança Pública do Estado, sendo que nos municípios onde não existem essas unidades, o atendimento é realizado pela Delegacia de Polícia local e preferencialmente por servidoras. No que se refere às ações desenvolvidas para melhoria no atendimento pelas equipes, houve a capacitação de 1.620 policiais e servidores administrativos que trabalham no atendimento à mulher em situação de violência, por meio de curso ofertado pela Academia de Polícia Civil – Acadepol. Consignou-se ainda na resposta que, em que pese a inexistência de atendimento psicossocial ou equipes multidisciplinares no âmbito de todas as Deams, é praxe o devido encaminhamento das vítimas aos serviços da rede de apoio, a exemplo dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas –, Conselhos Tutelares, Centros de Atenção Psicossocial – Caps – e Centros de Referência de Atendimento à Mulher.

Posteriormente, atendendo a outros questionamentos solicitados pela presidenta desta comissão, foi encaminhado diretamente ao gabinete da parlamentar o Ofício PCMG/GAB-SEC nº 4.175/2022, datado de 21/10/2022. Por meio desse ofício, o chefe da PCMG prestou informações complementares, concernentes aos DEPPCs não mencionados na resposta ao Requerimento nº

10.730/2022, acima referido. A nova mensagem trouxe esclarecimentos mais detalhados sobre o 3º DEPPC Vespasiano, 8º DEPPC Governador Valadares, 13º DEPPC Barbacena, 14º DEPPC Curvelo, 15º DEPPC Teófilo Otoni, 16º DEPPC Unai e 17º DEPPC Pouso Alegre, e corroborou a inexistência de atendimento psicossocial ou de equipes multidisciplinares na estrutura interna das Deams vinculadas a esses departamentos, ratificando, nesse sentido, que as vítimas são encaminhadas para a rede de apoio e proteção.

Na data de 14/6/2022, foi realizada a primeira reunião com convidados<sup>8</sup>, com a finalidade de ouvir prioritariamente delegadas, assistentes sociais e psicólogos(as) da capital e do interior, bem como colher esclarecimentos sobre as condições para a execução do trabalho psicossocial, os resultados alcançados, as demandas e as perspectivas dos profissionais envolvidos. Estiveram presentes, além da deputada Ana Paula Siqueira, presidenta desta comissão, Filipe da Silva, assistente social da Deam Contagem; Roberta Maria Rodrigues do Nascimento, investigadora de Polícia e psicóloga da Deam Contagem; Kiria Silva Orlandi, delegada da Deam Diamantina; Karla Patrícia Pereira Campolina, investigadora de Polícia em Taiobeiras; Juciara Moura Limírio, gerente do Centro Integrado da Mulher – CIM – de Uberaba; Jacqueline Campos Machado David, investigadora de Polícia da Deam Nova Lima; Juliana Santos Parreiras Goulart, investigadora de Polícia da Deam Nova Lima; e Jéssica Novaes Miranda, delegada da Deam Nova Lima.

Nessa reunião, as práticas referentes ao atendimento das Deams dos Municípios de Contagem, Diamantina, Uberaba, Taiobeiras e Nova Lima foram abordadas, entre as quais destacamos dois relatos, pelo contraste entre si: o trabalho da Deam de Contagem e a experiência em Taiobeiras.

O caso de Contagem demonstrou ser uma proposta pioneira, tratando-se de experiência que surgiu em 2016, desenvolvida e implementada por servidores lotados naquela unidade. Aliás, sobre o quadro de servidores, o equipamento contava, à data da reunião, com 22 servidores, entre policiais, investigadores, escrivães e administrativos.

O modelo lá implantado<sup>9</sup> tem como referência o acolhimento inicial, ou a chamada porta de entrada, que é atualmente realizado por dois servidores efetivos da PCMG – um analista da área de serviço social e uma investigadora de Polícia com formação em psicologia –, designados especialmente para o atendimento psicossocial de mulheres que procuram a unidade em demanda espontânea. Para subsidiar os trabalhos da equipe foram criados documentos *on-line* e um fluxo para o atendimento das pessoas que passam pela delegacia. O objetivo precípua é registrar toda e qualquer demanda que lá aporte, todos os acolhimentos feitos, mesmo aqueles que não gerem Registro de Evento de Defesa Social – Reds. O formato de acolhimento e registro propicia a constituição de um histórico das mulheres atendidas, com informações como quantas vezes elas passaram pela unidade, quais atendimentos lhes foram prestados, se requereram medidas protetivas ou representaram contra seus agressores, por exemplo.

Ao detalhar o formato de acolhimento da Deam de Contagem, o assistente social ouvido pela comissão esclareceu que, em média, 43% dos atendimentos realizados dizem respeito a prestação de orientações, ressaltando ser esse trabalho essencial dentro de uma Deam. Apontou que, por vezes, uma demanda inicialmente recebida na forma de solicitação de informações sobre procedimentos para interposição de divórcio ou pensão alimentícia, por exemplo, pode se transformar em uma representação de violência doméstica – isso quando a mulher já se sente suficientemente acolhida. Também sob esse ponto de vista, confirma-se a relevância da escuta atenta e o do extremo cuidado na orientação das vítimas por parte dos profissionais que realizam o acolhimento.

Sobre a experiência de Taiobeiras, a investigadora ouvida pela comissão apresentou um contexto bastante divergente. Esclareceu que a delegacia possui estrutura precária, contando com poucos investigadores e apenas uma escrivã de carreira. Acrescentou ainda que, embora a unidade tenha sido classificada como Deam de “Nível 1”, não se trata, de fato, de uma delegacia especializada. Ressaltou, não obstante, que há um esforço e um compromisso por parte da equipe de proporcionar o atendimento humanizado às vítimas de violência doméstica, evitando-se situações de revitimização e com foco na proteção e na orientação das mulheres atendidas, inclusive por meio da articulação com equipamentos como Creas, Conselho Tutelar, PMMG, Ministério Público e Poder Judiciário.

A segunda reunião com convidados<sup>10</sup> foi realizada em 21/6/2022 e teve o intuito principal de ouvir a coordenadora da Comissão de Classificação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Cedeam –, acerca da metodologia aplicada pela PCMG para a classificação das Deams no Estado. Estiveram presentes, além da deputada Ana Paula Siqueira, presidenta desta comissão, Irene Angélica Franco e Silva Leroy, delegada-geral de Polícia, chefe-adjunta da PCMG; e Renata Ribeiro Fagundes, delegada de Polícia, responsável pela Demid.

Irene Leroy, chefe-adjunta da PCMG, coordenadora da Cedeam, apresentou a metodologia de classificação das Deams<sup>11</sup> e destacou que a tarefa de diagnosticar as delegacias foi bastante trabalhosa em face da extensão territorial de Minas Gerais, mas que a equipe envolvida visitou cada uma delas, em todas as regionais. A delegada considerou que a metodologia, por meio do diagnóstico estrutural da rede existente, denota um grande avanço e reveste-se num marco inicial para a melhoria das unidades e a evolução dos serviços. Firmou a relevância da identificação e da compreensão da situação do conjunto das Deams para o apontamento de prioridades e cronogramas de melhorias e explicou que a classificação das delegacias se baseou em três eixos, assim definidos:

- recursos humanos: observação de aspectos como atuação exclusiva dos servidores, presença de servidoras do sexo feminino, atendimento psicossocial, capacitações periódica ou esporádica;
- estrutura e funcionamento: observação de aspectos como independência da estrutura predial, exclusividade de espaços para atendimento, equipamentos de acessibilidade e de trabalho, veículos oficiais exclusivos;
- fluxos de trabalho: observação de aspectos como atribuição exclusiva para atendimento à mulher, apuração do crime de feminicídio, utilização do sistema informacional oficial, atendimento individualizado, suporte policial para retirada de pertences, eficiência no atendimento médico legal, confecção imediata e tempestividade do Expediente Apartado de Medidas Protetivas – Eamp.

A classificação das Deams é realizada por meio do somatório de pontos obtidos, de acordo com o atingimento dos atributos relacionados, alcançando o Nível 1, a unidade que soma de 0 a 6 pontos; o Nível 2, a que soma de 7 a 13 pontos; o Nível 3, a que soma de 14 a 20 pontos; o Nível 4, a que soma de 21 a 27 pontos; e o Nível 5, a que soma de 28 a 32 pontos. Foi ressaltado pela gestora que a metodologia deve ser (re)aplicada anualmente, pelo que as pontuações podem sofrer alteração, sendo recomendável que mais unidades se desloquem para os níveis mais altos.

As pesquisas realizadas no ano de 2021 resultaram no diagnóstico seguinte, apresentado pela gestora durante a reunião:



Particularmente quanto aos servidores, foi informado que a Polícia Civil não possui o cargo específico de psicólogo em seus quadros ou carreiras, pelo que são priorizados na constituição das equipes das Deams profissionais com formação em psicologia, como investigadores por exemplo, para o atendimento. Nessas circunstâncias, tanto a capacitação de policiais quanto as parcerias são instrumentos importantes para promover a melhoria da qualidade do acolhimento das vítimas.

Foi ainda mencionada a criação, durante a atual Chefia da PCMG, de ação orçamentária no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, a Ação 1039, denominada Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, destinada ao financiamento de iniciativas e projetos específicos nessa matéria. Mencionou que para essa ação foi disponibilizado, por meio de emendas parlamentares estaduais, o montante de R\$5.300.000,00 para a aquisição de equipamentos, armamentos e veículos.

Renata Ribeiro Fagundes, responsável pela Demid, esclareceu que na região de Belo Horizonte existem quatro Deams, divididas por áreas, cinco equipes na Delegacia de Plantão e a Casa da Mulher Mineira – CMM –, sendo que todas atendem normalmente a demandas espontâneas. Explicou que, por meio da CMM, é possível à PCMG realizar o acolhimento especializado e multidisciplinar às mulheres, em ambiente próprio, diferenciado e acolhedor. Assim, o atendimento na CMM ocorre de forma adequada e mais abrangente em comparação com aqueles efetuados nos plantões, por exemplo. Ressaltou a realização da escuta das vítimas por um servidor com formação em psicologia, por exemplo, no bojo de um atendimento multidisciplinar, o que confere aos procedimentos relativos à oitiva, ao requerimento de medidas protetivas ou representação criminal o caráter humanizado. Na mesma oportunidade, a vítima já pode ser direcionada para outros órgãos da rede de proteção, como o Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres – Cerna –, o Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda – e a Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência – Nudem –, por exemplo. Além do atendimento multidisciplinar, por servidores com formação em psicologia, a CMM conta com estagiários de faculdades parceiras, que também prestam o atendimento psicológico. O espaço ainda dispõe de brinquedoteca e são desenvolvidos, por meio de parcerias, projetos de apoio e promoção das mulheres, a exemplo de *workshops* e iniciativas voltadas para a inserção no mercado de trabalho.

### III – Análise de dados e informações relativos ao tema

Da análise das informações constantes das correspondências expedidas pela PCMG, em resposta a pedidos de informações encaminhados à instituição, e dos esclarecimentos prestados durante as reuniões realizadas, depreendemos que o formato de atendimento pelas equipes de trabalho e a composição física das Deams de cada cidade, incluindo a existência de local específico para acolhimento das mulheres, por exemplo, revelaram grande heterogeneidade, ainda que em um universo pequeno. Alguns pontos de interesse, considerando-se o escopo do nosso objeto de análise, podem ser mencionados.

Duas das 69 delegacias relacionadas como Deams, que comporiam a estrutura orgânica da PCMG, não existem de fato, tendo em vista não disporem da estrutura inerente a uma delegacia especializada de atendimento à mulher: tratam-se das unidades dos Municípios de Juatuba e Taiobeiras – ambas indicadas no Nível 1 pelo Método de Classificação das Deams do Estado.

Somente as duas unidades vinculadas à Demid Belo Horizonte (Deam/CMM e Depam) e a Deam Contagem contam com servidores efetivos da PCMG, com formação específica e atuação exclusiva na realização do atendimento psicossocial, inclusive da demanda espontânea.

Existe o atendimento psicossocial, em alguma medida, em parte das unidades – 21 Deams – integrantes de 10 dos 18 DEPPCs do interior do Estado, quais sejam: 2º DEPPC Contagem; 4º DEPPC Juiz de Fora; 5º DEPPC Uberaba; 6º DEPPC Lavras; 7º DEPPC Divinópolis; 9º DEPPC Uberlândia; 10º DEPPC Patos de Minas; 11º DEPPC Montes Claros; 12º DEPPC Ipatinga e 18º DEPPC Poços de Caldas.

Inexiste qualquer tipo de atendimento psicossocial nas 26 Deams integrantes dos demais 8 dos 18 DEPPCs do interior do Estado, quais sejam: 3º DEPPC Vespasiano; 8º DEPPC Governador Valadares; 13º DEPPC Barbacena; 14º DEPPC Curvelo; 15º DEPPC Teófilo Otoni; 16º DEPPC Unaí; 17º DEPPC Pouso Alegre e 19º DEPPC Sete Lagoas, sendo que a grande maioria desses



departamentos são sediados em regiões de grande densidade populacional e vulnerabilidade social. Olhando para essas regiões, no que se refere ao aspecto populacional, identificamos que os municípios-sede desses DEPPCs estão entre os 45 mais populosos do Estado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – sobre a população estimada para o ano de 2021<sup>12</sup> indicam: Governador Valadares na 9ª posição, com 282.164 pessoas; Sete Lagoas na 11ª posição, com 243.950 pessoas; Pouso Alegre na 17ª posição, com 154.293 pessoas; Teófilo Otoni na 18ª posição, com 141.269 pessoas; Barbacena na 19ª posição, com 139.061 pessoas; Vespasiano na 26ª posição, com 131.849 pessoas; Unaí na 43ª posição, com 85.461 pessoas e Curvelo na 44ª posição, com 81.085 pessoas. Aliás, ainda observando os territórios e a título de exemplo, temos que, nesse conjunto de departamentos, o 3º DEPPC Vespasiano e o 19º DEPPC Sete Lagoas enfrentam situações preocupantes: de acordo com o último *Relatório Estatístico – Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais*<sup>13</sup>, publicado em 2021, as regiões integradas correspondentes a esses DEPPCs apresentaram, no recorte sobre as taxas (por 100 mil mulheres) de vítimas de violência doméstica e familiar averiguadas desde o primeiro semestre de 2019 até o primeiro semestre de 2021, média superior à estadual verificada no mesmo período.

O atendimento ou acolhimento psicossocial tem sido implementado ao passo da discricionariedade, das circunstâncias e dos limites da capacidade de cada delegacia, de maneiras bastante diversas e de acordo com a realidade de cada Deam, ora por servidores cedidos por prefeituras ou lotados em equipamentos municipais próprios da rede de proteção da mulher, ora por estagiários(as) ou profissionais atuantes por meio de parcerias e convênios, por exemplo, já que inexistem nas equipes de trabalho da PCMG servidores das áreas de psicologia e serviço social para essa função.

Não foi possível certificar a existência de plano ou orientação geral referenciando o acolhimento inicial no âmbito das Deams, seja ele realizado por policiais, seja por profissionais atuantes por meio de parcerias. Do mesmo modo, não foi possível apurar a existência de diretivas para o estabelecimento de convênios destinados à efetivação dos atendimentos psicossociais.

Apresentadas essas observações, importa também atentar, por outro lado, para os recursos financeiros eventualmente disponíveis e aplicáveis à consecução das melhorias esperadas nas Deams, consoante o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e as leis orçamentárias.

Consta do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan –, a existência da Ação 1039 – Enfrentamento à violência contra a mulher –, incorporada ao PPAG para o exercício 2022 no bojo do Programa 0005 – Investigação – e tendo como unidade orçamentária Polícia Civil Estado de Minas Gerais. A ação tem como público-alvo as mulheres vítimas de violência e como finalidade viabilizar melhores condições de atendimento às mulheres vítimas de violência nas Deams e nas demais unidades que realizam o atendimento. A descrição remete à implementação de ação de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher pela PCMG, com a reforma das unidades policiais já existentes ou construção de sede própria para a Deam, conforme o caso, aquisição de mobiliário, equipamentos de informática, televisores e viaturas, oferta de capacitação aos servidores sobre o tema, produção de material informativo para divulgação e distribuição, além da implementação de uma identidade visual única para as unidades de atendimento à mulher no Estado.

Quanto à execução orçamentária da Ação 1039, temos o seguinte:

Execução Orçamentária

Programa:	0005 - Investigação
Período:	Sexto Bimestre - Momento: SPGF
Ação:	1039 - Enfrentamento À Violência Contra a Mulher.
UO Ação:	01511 - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
Produto:	Procedimento Concluído Unid. de Medida: Procedimento
Link:	Link para Programação/Execução regionalizada da Ação (última validação)

Grupo de despesa	Classificação						LOA	LOA + Créditos(A)	Empenhado (B)	Realizado(C)	Saldo de crédito(A-B)	(B/A)%	(C/A)%
	C	GD	N	IAG	F	IPU							
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3	3					1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
			90	1	10	1	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	4	4					6.907.546,00	5.939.452,56	5.089.036,76	1.253.727,36	849.415,80	85,70	21,11
			90	1	10	3	0,00	13.752,24	13.125,00	13.125,00	627,24	95,44	95,44
			90	1	10	8	0,00	5.293.569,90	4.601.703,11	1.152.724,71	691.866,79	86,93	21,78
			90	1	24	1	0,00	631.130,42	474.208,65	87.877,65	156.921,77	75,14	13,92
			99	1	10	8	6.907.546,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>							<b>6.907.546,00</b>	<b>5.939.452,56</b>	<b>5.089.036,76</b>	<b>1.253.727,36</b>	<b>849.415,80</b>	<b>85,68</b>	<b>21,11</b>

Dados atualizados até 29/11/2022 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

A Ação 1039 foi aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA –, com R\$6.908.546,00 para despesas correntes e investimentos. Durante a execução, foram remanejados recursos dessa ação para outra programação orçamentária, restando o montante de R\$5.939.452,56. Desse valor, de acordo com as informações apuradas até 29/11/2022, foi empenhada a quantia de R\$5.089.036,76 e realizados os valores de R\$1.253.727,36 – assim, em percentuais, a quantia empenhada ultrapassou 85%, contudo o quantitativo efetivamente liquidado correspondeu a 21%. Um recorte importante a ser observado refere-se à quantia de R\$5.293.569,90 – que apresenta o IPU (identificador de procedência e uso) 8 –, procedente, portanto, de emendas parlamentares. Particularmente em relação a esse recurso, ratificamos o empenho de cerca de 85% e a execução, igualmente, em torno de 21%. Constatamos, portanto, que os recursos dessa ação são majoritariamente provenientes de emendas parlamentares, restando evidente, também, a baixa execução neste ano de 2022.

#### IV – Conclusão e desdobramentos

Esta comissão concebeu como objeto de análise no âmbito do Fiscaliza Mais para o ano de 2022 a conformação dos atendimentos realizados a mulheres em situação de violência pelas Deams em Minas Gerais, com foco na adequação e humanização, especialmente do primeiro acolhimento. Também eram objetos da análise a presença de profissionais qualificados ou de equipes multidisciplinares para o exercício do acolhimento psicossocial, bem como os critérios e os primeiros resultados da metodologia criada no ano de 2021 pela PCMG para a classificação dessas delegacias especializadas no Estado. Consideramos, diante dos elementos coletados por meio dos requerimentos com pedidos de informações e das reuniões realizadas, que o propósito desenhado foi alcançado.

Tomando por premissa a existência de 69 Deams na estrutura orgânica da PCMG – nos termos registrados pela instituição –, foi possível concluir que 23 delegacias (cerca de 33% ou 1/3 das unidades) ofertam, em alguma medida, o atendimento psicossocial, considerando-se contarem com profissionais com formação em áreas específicas (como psicologia, por exemplo) para o acolhimento inicial das mulheres que chegam a esses equipamentos. Tais atendimentos são exercidos, em regra, por servidores ou profissionais vinculados a organismos municipais da rede de proteção da mulher e por parcerias e convênios. À exceção da Deam/CMM e Depam, em Belo Horizonte, somente a Deam Contagem possui, em sua equipe, servidores efetivos da área de psicologia e serviço social com atuação exclusiva no atendimento psicossocial. As outras 46 unidades<sup>14</sup>, as quais representam 67% ou 2/3 das unidades, não contam com qualquer serviço ou apoio psicossocial para a realização dos atendimentos às mulheres em situação

de violência. Em 8 dos 18 DEPPCs do interior não há uma só Deam que ofereça atendimento psicossocial às vítimas de violência doméstica e familiar.

Ficou evidente, outrossim, comparando-se a capital e o interior do Estado, a disparidade entre os recursos físicos e humanos disponibilizados para o atendimento nas Deams. Não obstante, importantes iniciativas têm sido concretizadas, a exemplo da inauguração da nova sede da Deam no Município de Manhuaçu, ocorrida na data de 7/11/2022. Diante do notório incremento da estrutura física e das equipes, a unidade pode ser assinalada como parâmetro para implantação ou reformulação das delegacias especializadas em Minas Gerais, especialmente no tocante ao acolhimento das mulheres em situação de violência.<sup>15</sup>

Em contrapartida, a recente metodologia de classificação das Deams assenta-se como uma ferramenta meritória e de fato relevante rumo à adequação e à melhoria desses equipamentos nas suas diversas dimensões e em todas as regiões.

Nessa conjuntura, justamente por compreendermos que o trabalho a ser realizado por meio do projeto de classificação almeja resultados não necessariamente no curto, mas também no médio e longo prazos – isso considerando-se os mais diversos aspectos a serem tratados, que incluem estrutura física, equipamentos e formação de equipes das Deams –, cumpre a esta comissão, dentro do escopo da análise realizada, jogar luz sobre o tópico das condições de acolhimento psicossocial, pelo que entendemos oportuna a apresentação de requerimento<sup>16</sup> com pedido de providências à PCMG, com vistas a:

- analisar a viabilidade da criação ou normatização de uma instância específica, integrada à estrutura orgânica da PCMG, que reúna as atribuições relativas à coordenação central das Deams, a ser reconhecida como referência para a organização das unidades, de forma de promover a atuação estratégica e regular em prol do aprimoramento das delegacias especializadas em todas as regiões de Minas Gerais;

- priorizar a adoção das medidas necessárias à efetiva implantação das Deams de Juatuba e Taiobeiras, considerando-se a inexistência de estrutura condizente com a delegacia especializada nesses municípios;

- diligenciar para a implementação do acolhimento psicossocial nas Deams do interior do Estado, priorizando-se o 3º DEPPC Vespasiano, o 8º DEPPC Governador Valadares, o 13º DEPPC Barbacena, o 14º DEPPC Curvelo, o 15º DEPPC Teófilo Otoni, o 16º DEPPC Unaí, o 17º DEPPC Pouso Alegre e o 19º DEPPC Sete Lagoas, considerando-se que as unidades vinculadas a esses departamentos ainda não ofertam esse atendimento, seja por meio de servidores das próprias equipes da PCMG, seja por profissionais ou estagiários de entidades parceiras;

- fixar orientações, procedimentos e/ou fluxos para a oferta do acolhimento inicial pelas Deams, seja ele realizado por policiais, seja por profissionais de entidades parceiras, com vistas a incrementar o atendimento, atribuindo-lhe, para além da efetividade no campo da investigação criminal, maior resolutividade em relação ao rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar;

- implementar diretivas para a padronização de convênios a serem firmados entre Deams e órgãos públicos e entidades, com vistas a ampliar as ofertas de atendimento psicossocial a mulheres em situação de violência por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais e estagiários de áreas como psicologia, serviço social e direito, por exemplo, no intuito de difundir e fortalecer esses serviços no ambiente das Deams, buscando-se sua efetividade e constância ao longo do tempo;

- realizar estudos acerca da exequibilidade da criação de funções ou cargos específicos nas carreiras administrativas da PCMG, a exemplo de analistas com formação em áreas como serviço social e psicologia, para alocação em delegacias especializadas do interior do Estado que apresentem maior demanda, vislumbrando o aprimoramento do atendimento psicossocial e a promoção do necessário apoio a mulheres em situação de violência por equipes multidisciplinares em todas as regiões do Estado, nos moldes alcançados pelas Deams localizadas Belo Horizonte.

## V – Anexos

Requerimentos
RQN nº 10.730/2022 – Disponível em: < <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/10730/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/10730/2022</a> >. Ementa: Requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a classificação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams – no Estado, esclarecendo quais as ações implementadas com vistas à maior humanização dos atendimentos nas Deams; quais unidades possuem atendimento psicossocial em sua estrutura interna; quais unidades contam com equipes multidisciplinares, indicando-se o quantitativo desses profissionais por Deam, as respectivas formações ou especialidades, quantos têm atuação exclusiva, as cargas horárias diárias cumpridas, vínculos funcionais (servidores, empregados públicos, contratados, cedidos, requisitados); número de atendimentos psicossociais realizados mensalmente em cada unidade, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, a mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams –” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião no dia 16/3/2022.
RQN nº 11.887/2022 – Disponível em: < <a href="https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/11887/2022">https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/11887/2022</a> >. Ementa: Requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações complementares sobre a classificação das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – Deams – no Estado, com esclarecimentos sobre quais as ações implementadas com vistas à maior humanização dos atendimentos nessas delegacias; quais unidades possuem atendimento psicossocial em sua estrutura interna; quais unidades contam com equipes multidisciplinares, indicando-se o quantitativo desses profissionais por delegacia, as respectivas formações ou especialidades, quantos têm atuação exclusiva, as cargas horárias diárias cumpridas, vínculos funcionais (servidores, empregados públicos, contratados, cedidos, requisitados); número de atendimentos psicossociais realizados mensalmente em cada unidade, uma vez que a resposta ao Requerimento nº 10.730/2022, por meio do Ofício PCMG/GAB-SEC nº 1966/2022, de 27/5/2022, apresentou dados relacionados a aproximadamente 25 das 67 Deams existentes no âmbito dos Departamentos de Polícia Civil – DEPPC –, não sendo possível colher mais esclarecimentos sobre o funcionamento das que integram, em especial, o 3º DEPPC de Vespasiano, o 8º DEPPC de Governador Valadares, o 13º DEPPC de Barbacena, o 14º DEPPC de Curvelo, o 15º DEPPC de Teófilo Otoni, o 16º DEPPC de Unai e o 17º DEPPC de Pouso Alegre, salientando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, a mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams –”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião no dia 16/3/2022.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Ana Paula Siqueira, relatora.

<sup>1</sup> Este relatório e as demais atividades desenvolvidas no âmbito do Fiscaliza Mais estão disponíveis em <<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/fiscalizacao/fiscaliza-mais/>>, na seção referente a cada comissão.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contramulher-2021-v5.pdf>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Pág. 148. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/ajuda/page/3118-violencia-contramulher>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/03/norma-tecnica-de-padronizacao-das-delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulheres-25-anos-de-conquista.pdf>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>7</sup> A íntegra dos documentos está disponível em: <<https://mediaserver.almg.gov.br/stl/sma/RQN2022107300001>> e <<https://mediaserver.almg.gov.br/stl/sma/RQN2022107300002>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/comissoes/reuniao/?idCom=1132&idTipo=2&dia=14&mes=06&ano=2022&hr=14:00>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>9</sup> Apresentação disponível em: <<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/665/74/1665074.pdf>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/comissoes/reuniao/?idCom=1132&idTipo=2&dia=21&mes=06&ano=2022&hr=14:00>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>11</sup> Apresentação disponível em: <<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/667/116/1667116.pdf>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2021/Setembro/DIAGNSTICO%20-%20VDFCM%20nas%20RISPs%20-%201%20semestre-2021%20-%202021-08-06%201.pdf>>. Pág. 16. Consulta em: 30 nov. 2022.

<sup>14</sup> Para esse cômputo, são consideradas as delegacias de Polícia localizadas nos Municípios de Juatuba e Taiobeiras.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/sala-de-imprensa/pcmg-reinaugura-delegacia-de-atendimento-a-mulher-em-manhuacu>>. Consulta em: 5 dez. 2022.

<sup>16</sup> Requerimento de Comissão nº 13.656/2022, aprovado na reunião realizada em 7/12/2022. Os desdobramentos podem ser acompanhados na página da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em: <<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/comissoes/reuniao/?idCom=1132&idTipo=2&dia=07&mes=12&ano=2022&hr=13:45>>.



## REQUERIMENTOS APROVADOS

### REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### REQUERIMENTO Nº 12.149/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam encaminhados recursos e equipes multidisciplinares de modo a amparar as famílias da comunidade quilombola Candedês, localizada no Distrito de Ponto Chique do Martelo, no Município de Barbacena, uma das localidades atingidas pelas fortes chuvas no dia 15 de novembro de 2022.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 12.150/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais o relatório final do Assembleia Fiscaliza Mais 2022 – Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 25/11/2022, que teve como tema a atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, com ênfase em regularização fundiária, e, em face de seu teor, pedido de providências para: – avaliar a possibilidade de ampliar as competências e atribuições da referida Mesa, por meio de modificação do Decreto com Numeração Especial nº 203, de 1º/7/2015; – adotar, em caráter prioritário, as medidas de transição determinadas pelo Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, relativos à execução prevista da Lei Federal nº 14.216, de 2021, após a cessação dos efeitos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – 828 em 31/10/2022, medidas essas com vistas a respeitar os direitos fundamentais e a reduzir os impactos habitacionais e humanitários nos casos de desocupação coletiva e, em se tratando de medidas administrativas que resultem em remoções, tendo sido determinado que as comunidades afetadas sejam ouvidas e que haja



prazo razoável para a desocupação, com medidas para resguardo do direito à moradia e proibição, em qualquer situação, da separação de integrantes de uma mesma família.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 12.151/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, no âmbito de suas competências e em tratativas com o governador do Estado e com as Secretarias de Estado de Governo – Segov – e de Planejamento e Gestão – Seplag –, seja encaminhada e assegurada a ampliação do número de cargos e servidores na Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, instituída pelo Decreto com Numeração Especial nº 203, de 1º/7/2015, visando potencializar sua capacidade de atuação, no sentido de incluir todos os conflitos que demandam sua intervenção, de acompanhar todos os desdobramentos daí decorrentes e de realizar visitas e reuniões *in loco* sempre que relevante e necessário, sugerindo-se, pelo menos, o triplo do quadro atual e duas coordenações, uma permanecendo cumulada com a Diretoria de Políticas de Promoção e Educação em Direitos Humanos da Subsecretaria de Direitos Humanos – SubDH – e, a outra, desvinculada e exclusiva para a referida Mesa, bem como sempre sejam incluídas nas reuniões da referida Mesa, em especial as plenárias, todas as representações previstas no art. 3º do decreto citado, com especial atenção aos incisos II a IV; e seja enviado o relatório final do Assembleia Fiscaliza Mais 2022 – Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 25/11/2022.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 12.152/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, no âmbito de suas respectivas competências, encaminhem e assegurem a ampliação do número de cargos e servidores na Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, instituída pelo Decreto com Numeração Especial nº 203, de 1º/7/2015, com vistas a potencializar sua capacidade de atuação a fim de incluir todos os conflitos que demandam sua intervenção, de acompanhar todos os desdobramentos e de realizar visitas e reuniões *in loco* sempre que relevante e necessário. Requer, ainda, seja anexado a esta solicitação o relatório final do Assembleia Fiscaliza Mais 2022 – Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 25/11/2022, que teve como tema a atuação da referida Mesa Estadual, com ênfase em regularização fundiária.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 29/11/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 12/12/2022, Bernardo Rodrigues Espindola, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando Janaelle Cristina Neri Almeida, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

nomeando Ellen Karine Cardoso, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 105/2022****Número no Siad: 9275430/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Konvergente Telecomunicações Eireli. Objeto: disponibilização de 18 licenças corporativas Business Pro plataforma Zoom. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 31/3/2023 até 30/3/2024, inclusive.

**ERRATA****ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/5/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/5/2022, na pág. 11, suprima-se o seguinte:

“nº 12.119/2022, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para a reforma da praça localizada na Rua Aníbal Alves, no Bairro Nossa Senhora das Graças, nesse município, que, segundo os moradores, necessita de melhorias e manutenção;”.